

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

## **A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NAS DECISÕES JUDICIAIS**

**Carolina Cristina dos Reis Cabral**

**Rio de Janeiro**  
**Julho**  
**2009**

CAROLINA CRISTINA DOS REIS CABRAL

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NAS DECISÕES JUDICIAIS

UFRJ / CFCH / ECO

Carolina Cristina dos Reis Cabral

## A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NAS DECISÕES JUDICIAIS

Monografia apresentada à  
Escola de Comunicação,  
Universidade Federal do Rio de  
Janeiro, como parte dos  
requisitos necessários à  
obtenção de grau de Bacharel  
em Comunicação Social,  
habilitação em Jornalismo.

Orientador: Prof. Joaquim Welley Martins

Rio de Janeiro  
Julho  
2009

Carolina Cristina dos Reis Cabral

## A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NAS DECISÕES JUDICIAIS

Monografia apresentada à Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo.

Rio de Janeiro, 08 de julho de 2009.

Aprovado por:

---

Prof. Ms Joaquim Welley Martins, ECO/UFRJ

---

Prof. Dr. Simone Schreiber, UNIRIO

---

Prof. Dr. Sebastião Amoêdo, ECO/UFRJ

## AGRADECIMENTOS

Considerando esta monografia como resultado de um processo que foi além dos muros da ECO, agradecer pode não ser tarefa fácil, nem justa. Para não correr o risco da injustiça, agradeço de antemão a todos que de alguma forma passaram pela minha vida e contribuíram para a construção de quem sou hoje.

Agradeço, particularmente, a algumas pessoas pela contribuição direta na construção deste trabalho:

A meus pais, sem seu apoio, carinho, abnegação e companhia nas noites passadas em claro, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Ao professor Joaquim Welley pela orientação, sem a qual a conclusão desta monografia não teria sido possível.

Aos amigos da ECO, em especial Diana e João, a primeira não só por ser minha dupla durante esses quatro anos, mas também por estar comigo ao desbravar oceanos distantes e o segundo por proporcionar momentos mágicos no passado e tenho certeza, no futuro.

Aos amigos de fora da ECO, em especial, Gabriela, que passou junto comigo o mesmo processo de noites mal-dormidas, à base de muita cafeína, enquanto também terminava seu projeto final, sempre me incentivando a não perder o foco e seguir em frente.

Ao meu namorado, Diogo, por toda a compreensão com a minha ausência constante e por ter sempre um sorriso e uma palavra de carinho nas horas de desespero.

Ao professor Paulo Vaz, que através de seus ensinamentos filosóficos abriu meus olhos para um mundo até então desconhecido.

A todos os professores da ECO, por transformarem minha vida acadêmica em uma experiência rica e especial.

## RESUMO

CABRAL, Carolina Cristina dos Reis. **A Influência da mídia nas decisões judiciais.** Monografia (Graduação em Comunicação Social). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Esta monografia tem como objetivo principal analisar a influência dos meios de comunicação de massa e a sua produção jornalística nas decisões judiciais. Com embasamento em teorias do Jornalismo e do Direito, foram criados fundamentos que criam um pensamento interdisciplinar para defender o argumento principal deste trabalho. O principal objetivo da pesquisa foi demonstrar que o jornalismo e os conteúdos da imprensa influenciam na formação do convencimento do juiz – do mesmo modo que interferem no dia-a-dia da sociedade como um todo –, e que podem ser identificados nas decisões judiciais. A forma como os juízes lidam com as informações da imprensa foi outro aspecto contemplado no trabalho.

## **ABSTRACT**

CABRAL, Carolina Cristina dos Reis. **A Influência da mídia nas decisões judiciais.** Monografia (Graduação em Comunicação Social). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

The main goal of this monograph is to analyse the influence of mass media and its journalistic work in judicial decisions. Draw heavily on Journalism and Law theories, were laid the foundations to develop a interdisciplinary argumentation to defend the main argument of this piece. The foremost objective of this research was to prove that journalism has a significant influence in building conviction of the judge, in the same way they influence day to day life of society. The way judges deal with media news was another aspect revealed by this senior project.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO -----	1
2. CARACTERÍSTICAS DA NARRATIVA JORNALÍSTICA-----	4
2.1. Breve histórico do Jornalismo-----	5
2.2. O que é notícia?-----	8
2.3. Discurso Jornalístico-----	10
2.4. O Mito da Imparcialidade-----	12
3. A FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO-----	16
3.1. A Hipótese do Agendamento-----	19
3.2 O Direito de Comunicar-----	23
3.3 A Crônica Judiciária-----	27
4. A INFLUÊNCIA DO JORNALISMO NAS DECISÕES JUDICIAIS-----	32
4.1. A Mdiatização da Justiça-----	35
4.2. Sistema de Valoração das Provas Judiciais-----	39
4.3 Os Meios das Provas e as Matérias Jornalísticas-----	40
4.4 A Decisão do Juiz-----	44
5. CONCLUSÕES-----	51

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



## 1. INTRODUÇÃO

A motivação para este trabalho surgiu da observação do emprego de material jornalístico nos autos processuais em diversos âmbitos e campos da justiça. É interessante notar que, além dos fundamentos jurídicos, muitos advogados utilizam matérias jornalísticas impressas, veiculadas em televisão e em jornais on-line, entre outras, para sustentar uma tese, com discursos do jornalismo.

Outro fator que chama atenção é o respaldo concedido pelo juiz a este material, hipoteticamente confiável, encontrando-se nas decisões as mesmas falas da imprensa. O trabalho se propõe a discutir a confiabilidade que goza o produto jornalístico no âmbito do Judiciário e o papel do jornalismo como colaborador ou influenciador das decisões judiciais.

Em uma análise inicial, pode-se dizer que o Judiciário sofre as mesmas influências e pressões sociais do jornalismo ao exercer suas funções, ou, pelos mesmos motivos deste, se submete conscientemente às manifestações sociais que se tornam visíveis pela imprensa e, assim como esta, adota a neutralidade e a imparcialidade como disfarces para a impossibilidade de se alcançar estas condições. A questão que emerge pela aparente influência dos discursos jornalísticos sobre os juízes é: qual o valor do jornalismo para os magistrados?

Temos então a mídia que funciona nos dias de hoje como o “quarto poder”, pela influência que exerce, principalmente, na formação de opinião na sociedade, refletida nos processos de escolha e de tomada de decisão dos agentes sociais. Em contraposição à vertente teórica que acredita no jornalismo como um mero transmissor e reproduzidor da realidade, respaldado pela obediência a algumas regras pré-estabelecidas, diversos autores nas últimas décadas têm reconhecido o jornalismo como produtor de sentidos.

Não se pode afirmar que o juiz seja imune à influência da mídia em seu exercício profissional, uma vez que é impossível para qualquer ser humano conseguir abstrair totalmente os seus traumas, complexos, paixões e crenças (sejam ideológicas, filosóficas ou espirituais) no desempenho de suas atividades cotidianas. O que se sabe é que a neutralidade, mesmo sendo uma ilusão, é importante elemento no papel social do juiz, eis que satisfaz as exigências da sociedade, bem como viabiliza a crença na atividade de julgar.

A credibilidade deste Poder está intimamente relacionada com o exercício de papéis sociais e a crença na figura da Justiça, é preciso ressaltar a necessidade que a sociedade e as instituições têm de manutenção de seus valores fundamentais. Valores dentre os quais se encontra a Justiça, que não pode ser destruída pela mostra de suas fraquezas.

## **Metodologia**

O trabalho de pesquisa foi dividido de forma a compreender, por meio de pesquisa bibliográfica, o processo que legou ao jornalismo um lugar central na contemporaneidade; analisar a produção de notícias e, por meio de pesquisa qualitativa, obter informações que permitam verificar a influência destas notícias na decisão judicial.

No segundo capítulo buscou-se apresentar um breve histórico do jornalismo e alguns processos, especialmente os de caráter político e econômico, que transformaram a produção a notícia numa rotina comparável à industrial. Além disso, se buscou apresentar a produção e a formação da notícia e ressaltar valores atribuídos a ela, na tentativa de desmistificar estes valores à luz da vertente teórica que entende o jornalismo como construtor (e não reproduzidor) da realidade. As práticas (técnicas) adotadas pelos profissionais são apontadas como disfarces que mantêm o *status* da verdade, da objetividade, da neutralidade e da imparcialidade do discurso jornalístico.

O terceiro capítulo do trabalho foi dedicado a explicitar a função social do jornalismo, um espaço de discussão e de mediação que se configura atualmente como uma releitura da esfera pública da democracia grega. Diferentemente da “não-instrumentabilidade” do espaço público grego, no qual todos participavam com suas argumentações particulares, as vozes presentes nas narrativas jornalísticas atuais se restringem a fontes oficiais e integrantes da elite social, restando pouco ou quase nenhum espaço para a fonte “comum”, ou seja, o cidadão simples que diuturnamente cumpre sua rotina em busca de melhores condições de vida. Outro aspecto se refere à informação jornalística como colaboradora para a tomada de decisões dos agentes sociais, seja pelo conteúdo especulativo, seja pelo conteúdo entendido como cientificamente preciso, e responsável pelo agendamento das questões inseridas no universo cotidiano.

A decisão judicial ou sentença é o tema do quarto capítulo. Além de abordar a sentença como a percepção particular do juiz frente a uma causa, na quarta parte do

trabalho encontram-se alguns dos sistemas de valoração da prova, principal motivador do convencimento judicial, e o jornalismo inserido neste campo. Também são construídas analogias entre a teoria do direito e a teoria do jornalismo para demonstrar as interligações entre as áreas e de que forma elas afetam a relação entre juízes e matérias jornalísticas. Por último, um exemplo concreto da nítida influência da mídia em uma decisão judicial de grande repercussão na sociedade.

## 2. CARACTERÍSTICAS DA NARRATIVA JORNALÍSTICA

É provável que o conceito mais difundido entre os estudantes ao ingressar numa escola de Jornalismo, seja o do *contraditório*. Para se contar uma história, que será transformada no produto da imprensa, a notícia, há de se escutar suas diferentes versões. Mas na prática, o que se acaba aprendendo é que “O jornal não inclui todos os fatos: comunicar alguma coisa é sempre excluir uma outra possível” (SODRÉ e PAIVA, 2005, p. 8).

Do produto desta atividade espera-se um comprometimento ético com a idéia de verdade do real, abarcada e transformada em relato noticioso. Este relato narrativo deve oferecer ao público uma experiência de vivência em tempo presente (FRANCISCATO, 2002, p. 3).

A mídia e o público estabelecem um tipo de contrato imaginário que confere a primeira uma espécie de garantia para produzir a reconstrução do mundo, do que se considera como realidade. Essa reconstrução é limitada, pelo fato dos veículos de comunicação estarem inseridos no contexto social em que atuam, e sofrerem com as relações produzidas pelo mesmo. Estar imerso nesse universo temporal e histórico, faz com que a atividade jornalística esteja conectada profundamente com os acontecimentos históricos, as relações econômicas, a política e todas as transformações sociais da época em que se situa. A idéia que se quer transmitir é que determinados contextos histórico-político-econômicos irão produzir certos modelos de discurso jornalísticos que só existiriam nessa determinada conjuntura.

Apesar de ser ensinado em escolas e universidades, o saber jornalístico não se trata de uma ciência exata, mas de uma compilação das interpretações de vários profissionais do meio, como jornalistas, editores, diagramadores, etc, que no fim, resultará na produção da notícia. Notícia essa que segundo Fransiscato funciona como documento público “Seu conteúdo rompe a esfera dos laços de intimidade da vida privada e se torna passível de circular socialmente com base num ‘uso público’ desse conteúdo pela sociedade” (FRANSCISCATO, 2002, p. 4). Este uso público ressaltado por Fransiscato é o que garante ao jornalismo ter influência determinante para a tomada de decisões políticas, econômicas e sociais.

Nas últimas décadas, os meios de comunicação, em busca de uma imparcialidade utópica, passaram a adotar um padrão similar em todas as esferas de produção da notícia. Mais precisamente os três pilares Técnica, Ética e Estética, como afirma Cremilda Medina. Estas padronizações, como o lead, textos concisos, a teoria da pirâmide invertida, a supressão do uso da primeira pessoa, visam atender a produção em escala de notícias, embora se revelem precárias para mediar temáticas sociais mais complexas, e que muitas vezes não se limitam às cinco perguntas da teoria do lead (Quem? Onde? Quando? Como? Por quê?).

O jornalismo dos dias de hoje descarta qualquer possibilidade de utilização de um instrumento estético ou técnico que produza matérias mais “subjetivas”. No entanto a subjetividade parece cada vez mais necessária para a condução do receptor da mensagem jornalística, a uma compreensão mais profunda do que está sendo informado a este.

A idéia de que o jornalista somente transmite o fato, sem adicionar mesmo que sutilmente, sua visão ou interpretação sobre o mesmo, não merece prosperar, quando se pensa que por trás do profissional que escreve, há um ser social, seja mulher, homem, velho ou novo, com histórias próprias, opiniões políticas e uma série de diferentes filtros subjetivos (ideológicos, religiosos, culturais, etc.) que o influenciam in (conscientemente) no momento de construir uma matéria.

## 2.1. Breve histórico do Jornalismo

A necessidade de informações é um dos dados fundamentais de toda vida social. Podem-se encontrar equivalências para o jornalismo mesmo nas civilizações que desconheciam a tipografia. A preocupação com a narração dos grandes fatos deu origem a obras que de certa forma se assemelham às reportagens atuais.

Vários impérios da Antiguidade haviam criado redes de coleta e difusão de informações cujos mensageiros transmitiam, oralmente ou por escrito, notícias que em seguida podiam ser levadas ao conhecimento de um público mais ou menos amplo por diversas vias. Nas civilizações que conheciam a escrita também havia correspondências

privadas, que representavam para as comunidades organizadas uma fonte periódica de notícias que ultrapassavam o âmbito estreito das relações pessoais ou profissionais.

De acordo com Nilson Lage, já na Idade Média, formas primitivas do jornalismo que conhecemos hoje já tomavam corpo.

Contos sobre feitos memoráveis, eventos pitorescos, histórias da vida do povo ou mesmo textos da literatura clássica, cruzavam o território europeu através das músicas e fábulas dos trovadores. Através da expansão mercantil das cidades italianas e o comércio marítimo com cidades asiáticas e africanas, muito mais do que mercadorias chegavam ao território europeu. Tecnologia e informação sobre terras longínquas e até então desconhecidas, eram reportadas por navegadores e poetas como Marco Polo, Cristóvão Colombo, Dante Alighieri, entre outros. (LAGE, 1985, p.8)

Foi nesse contexto de ascensão cultural, econômica e política, que Gutenberg ao inventar a tipografia em 1438, permitiu a reprodução rápida de um mesmo texto e ofereceu à linguagem escrita uma boa possibilidade de difusão que não havia em manuscritos, criando o primeiro sistema gráfico que daria origem a impressão em massa dos nossos jornais e revistas de hoje. (ALBERT & TERROU, 1990, p.5). O desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação marcou de forma definitiva o progresso da atividade jornalística. É com a modernização dos seus meio de produção que o jornalismo se vê diante de novas possibilidades e características como a imediaticidade.

Desde o século XVI, pelo menos, as notícias haviam se tornado uma verdadeira mercadoria, e *noticiaristas* organizavam para príncipes ou negociantes serviços regulares de correspondências manuscritas. Mas foi no início do século XIX, com o desenvolvimento dos métodos de produção (impressão) e comunicação (correios e telégrafos), que permitiram redução de custos e baixa de preços, que a imprensa como mercado começou a se desenvolver tal qual existe hoje. O jornal, que até então era considerado uma mercadoria cara e de acesso restrito às elites, passou a ser acessível às camadas mais populares, como a pequena burguesia. Os jornais se multiplicaram e se diversificaram em numerosas categorias e as tiragens aumentaram.

No Brasil, a imprensa chegou junto com a vida da família real portuguesa que fugia de Napoleão Bonaparte. A primeira tipografia chegou em 1808, quando D. João VI

autorizou o funcionamento da Imprensa Régia, exercendo sobre ela forte censura. Os jornais remetiam aos costumes europeus, exaltavam as virtudes da família real e os valores familiares. Nada que questionasse a ordem ou o poder vigente poderia ser publicado.

Durante muitas décadas, o jornalismo foi idealista, de vertente política, panfletário, opinativo. Sob influência francesa, jornalismo e literatura caminhavam juntos. Alguns gêneros literários, como a crônica e o folhetim, povoavam os jornais impressos. No Brasil grandes escritores e intelectuais, como Machado de Assis e Rui Barbosa, foram militantes da imprensa. Trabalhar com jornalismo era uma forma, também, de garantir a sobrevivência financeira, o que nem sempre era possível apenas com o exercício do ofício de escritor.

Mas a empresa jornalística surge apenas por volta de 1890. É no Rio de Janeiro, outrora centro das decisões político-econômicas e posteriormente, capital da República, que tal instituição surge com fins lucrativos, se distanciando da antiga produção dos jornais-tribuna, privilegiando o “interesse” do leitor e não mais a opinião de quem escreve.

De acordo com Medina, “este tipo de periódico está ligado a dois fatores sócio-históricos: urbanização e industrialização. Em outras palavras, sua implantação exige o surgimento de populações urbanas e com algum poder aquisitivo”.(MEDINA, 1988, p. 47)

No início do século XX, o jornal torna-se um produto de consumo corrente. Essa época foi, em vários sentidos, a verdadeira idade de ouro da imprensa, pois o mercado estava em expansão constante e não tinha atingido seu ponto de saturação. Nesta época, a imprensa escrita não precisava temer nenhuma concorrência porque era o único meio de informação coletivo.

Até a década de 1950, os jornais brasileiros seguiam o estilo francês: opinativo, de vertente política, literário. Foi a partir da metade do século, mais precisamente após a Segunda Grande Guerra, que os jornais se profissionalizaram e adotaram um estilo neutro, tirando a influência literária de suas páginas. Adotou-se o padrão americano, com frases mais objetivas, com as principais informações dos fatos contidas nos primeiros parágrafos do texto. Adotou-se o modelo da pirâmide.

Um conceito histórico amplamente difundido e atribuído à imprensa é o de “quarto poder”. Criado pelo político inglês Edward Burke, em 1787. Desta forma, os vínculos entre o jornalismo e os interesses políticos econômicos, com a palavra sendo uma

verdadeira arma nas lutas por estes domínios, mais que um fato da atualidade presente é a base mesmo desta expressão cultural e deste fenômeno tão característico da modernidade.

## 2.2. O que é notícia?

Um conceito interessante para definir notícia é o utilizado por Muniz Sodré, “o relato (micronarrativo) de um acontecimento factual, ou seja, inscrito na realidade histórica e, logo, suscetível de comprovação” (2005, p. 1).

A notícia, como produto final da atividade jornalística tem características fundamentais e universais, independente do tipo de veículo em que está sendo divulgada. São elas, a atualidade, quanto mais recentes os eventos, mais interessantes eles serão ao público, a extraordinariedade, situações que não são comuns ao cotidiano social; a proximidade, quanto mais próximo do leitor for o local do evento, mais interesse a notícia gera, porque implica mais diretamente na vida deste; o tamanho: tanto o que for muito grande quanto o que for muito pequeno atrai a atenção do público e as consequências variadas que essa notícia pode causar na vida em sociedade.

De acordo com Nilson Lage, o ponto principal para a construção de uma notícia, não é o fato em si, mas a ordem de importância pela qual esse acontecimento será contado.

Relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante. A estrutura da notícia é lógica; o critério de importância ou interesse envolvido em sua produção é ideológico: atende a fatores psicológicos, comportamentos de mercado, oportunidades, etc. (LAGE, 1987, p. 60)

Como definir no mundo moderno apontado por Lage, o que é o aspecto mais importante ou interessante de uma notícia? E mais, muitas vezes não estaria a importância de uma notícia completamente desvinculada do que é interessante e atraente para quem a consome?

Para Lage, escrever uma notícia, não segue ordem cronológica dos eventos, mas sim uma ordem de importância. Os eventos estarão ordenados não por sua sequência temporal, mas pelo interesse ou importância decrescente, na perspectiva de quem conta e, sobretudo,



na suposta perspectiva de quem ouve. (LAGE, 1987, p. 21) Ou melhor, dizendo, na suposta perspectiva de quem *consome* a notícia.

Uma definição levantada por Raquel Paiva e Muniz Sodré é a dos valores-notícias ou *value news*, critérios que definem a relevância e a noticiabilidade de determinada matéria. De acordo com Sodré e Paiva:

Na prática rotineira do jornalismo, destacam-se como valores-notícia a novidade, a imprevisibilidade, o peso social, a proximidade geográfica do fato, a hierarquia social dos personagens implicados, a quantidade de pessoas e lugares envolvidos, o provável impacto sobre o público-leitor e as perspectivas de evolução do acontecimento. Os fatos não-marcados são normalmente desconsiderados pela pauta jornalística. (PAIVA e SODRÉ, 2005, p.4)

O conhecimento político dos cidadãos é dependente daquilo que é produzido pelas empresas jornalísticas, que produzem um bem público, a informação, mas que para sua sobrevivência precisa se posicionar dentro de um mercado guiado pelas lógicas do lucro e da concorrência. Os jornais precisam, assim, vender este produto chamado notícia, muitas vezes fazendo uso de apelos estéticos e emocionais, dotando alguns fatos de contornos dramáticos para aumentar a aceitação do produto frente à audiência.

Para Michael Schudson, a notícia veiculada pelos meios de comunicação em massa pode ser concisamente resumida apenas pelas informações contidas em seu primeiro parágrafo. A clássica Hard News coloca toda a informação no primeiro parágrafo e não compele muitos leitores a ler até o fim. O fim nunca é uma conclusão moral, mas somente a informação menos importante de toda a informação que caberia no espaço disponível. (SCHUDSON, 2003, p.192)

É importante ainda refletir sobre a definição menos técnica e mais social dada por Sousa quando afirma que:

Uma notícia é um artefato lingüístico que representa determinados aspectos da realidade, resulta de um processo de construção onde interagem fatores de natureza pessoal, social, ideológica, histórica e do meio físico e tecnológico, é difundida por meios jornalísticos e comporta informação com sentido compreensível num

determinado momento histórico e num determinado meio sócio-cultural, embora a atribuição última de sentido dependa do consumidor da notícia. (SOUSA, 2002, p. 57)

Conclui-se que a notícia é uma apropriação da realidade percebida pelo jornalista que está inserido nela. É uma construção do homem, baseada na linguagem que nasce dessa troca entre ser humano e vida em sociedade, num esforço de compreender a mesma, utilizando a linguagem que para traduzi-la de forma que se torne acessível ao meio ao qual está destinada.

### 2.3. Discurso Jornalístico

O discurso jornalístico tem dois pontos de partida principais, a ordem de importância dos fatos e a linguagem utilizada para a transmissão desses.

Uma construção lógica, não direta, de narrativa noticiosa é a que se monta numa forma linear, onde as informações decorrem de uma ordem crescente ou decrescente de importância, o que os manuais técnicos chamaram de “pirâmide invertida”. As unidades de informação seguem um modelo consagrado e até transmitido formalmente. O jornalista aprende a ordenar suas notas num esquema intencional. Esta ordenação é uma conquista no jornalismo da fase liberal, levanta toda a significação dos critérios grupais de valorização do que é importante ou não no fato. A sequência linear por importância das informações dirige para o leitor uma escala de dados previamente escolhidos para serem valorizados. A sequência se compromete, em primeira instância, com a avaliação opinativa grupal – critérios de ordenação tradicionais na empresa jornalística. (MEDINA, 1988, p. 103)

Algumas das características fundamentais do discurso jornalísticos são a objetividade, a atratividade, busca-se sempre uma leitura de fácil absorção pelo leitor, a concisão e a simplicidade ligadas intimamente à atratividade do texto, buscando sempre conquistar um público cada vez maior e a adequação ao perfil deste público, o discurso jornalístico procura se colocar no nível do seu leitor típico, isso inclui ajustar o background, a competência lingüística e a sociabilidade.

Outra estratégia textual no discurso jornalístico é sempre provocar o “efeito de real”, fazer com que os receptores da mensagem interpretem os fatos narrados como verdadeiros, como se os fatos estivessem falando por si mesmos. Esse efeito de real no jornalismo se obtém com diversos recursos de linguagem e com uma fixação de seu centro no aqui e no agora, no momento presente. O jornalismo observa o mundo desde o atual, ancora seu relato no presente para relatar o passado e antecipar o futuro. Opera uma mediação que é, ao mesmo tempo, lingüística e temporal. (MOTTA, 2005, p.106)

Indo além, o discurso jornalístico tem como missão principal apagar as marcas de subjetividade de quem o escreve. Aquele que presencia os fatos, conversa com as fontes e escreve o texto some em um discurso escrito predominantemente em terceira pessoa que é a forma verbal da não-pessoa. (RODRIGUES, 1997)

Na busca de se aproximar de ideais inatingíveis, herdados dos princípios positivistas – a objetividade e a neutralidade –, os jornalistas desenvolveram técnicas e regras que pressupõem o distanciamento de um narrador onisciente, culminando em textos impessoais, com a falsa impressão de que emergiram diretamente dos fatos, culminando na atrofia das narrativas jornalísticas, em que somos privados do sujeito que narra (RESENDE, 2002)

No entanto, quase nunca essa pretensão é atingida. Não importa qual seja o estilo de narrativa discursiva adotado, Rodrigues acredita que é impossível que o jornalista possa controlar as hipóteses de interpretação dos leitores em relação à notícia publicada, fazendo com que todos consigam captar exclusivamente a mensagem pretendida pelo profissional.

O relato jornalístico, ao autonomizar os acontecimentos, os fatos, as ações e as palavras do mundo vivido da sua ocorrência, liberta-os dos horizontes de sentidos tradicionais, da sua carga corporal concreta, tornando-os assim disponíveis para toda a espécie de novos sentidos e de novos investimentos simbólicos. Deste modo, cada um dos indivíduos que integra o público, ao interpretar os novos saberes do discurso informativo, a partir do seu próprio mundo vivido, pode constituir-se imaginariamente como sujeito autônomo de constituição de sentido. (RODRIGUES, 1996, p.12).

Essa relação se dá através de um acordo implícito entre o jornalista e o público, no qual se presume que as notícias irão conter a verdade dos fatos narrados, baseando-se na

credibilidade daquele profissional para mediar tais acontecimentos. O jornalismo ocupa um “lugar de fala”, como a de um narrador observador, “transcendente em relação ao lugar que ocupam as ações e as personagens que integram o texto narrado” (RODRIGUES, 1996, p. 8).

Em seu discurso, apresenta e omite fatos que considera interessantes ou úteis ao público ou que despertem a curiosidade deste. No entanto, esta confiabilidade narrativa está propensa a alterações determinadas por fatores inerentes à própria construção narrativa, como os valores do jornalista, por fatores impostos pelas empresas de comunicação nas quais atua o profissional e por fatores relacionados às expectativas do público. (RODRIGUES, 1996, p.8).

## 2.4 O Mito da Imparcialidade

“Não basta ser verdadeiro; é preciso parecer”.

A premissa de Nilson Lage resume bem o princípio norteador da informação jornalística. Nenhuma característica é mais fundamental na atividade da imprensa nos dias de hoje quanto a pretensa objetividade da notícia. LAGE ainda mostra o surgimento dessa teoria.

(...) os jornalistas americanos conseguiram emprestar rigor às técnicas de apuração e tratamento das informações. Foram buscar no espírito científico o respeito pelos fatos empíricos e o cuidado de não avançar além daquilo que os fatos indicam. A idéia da imparcialidade é parte dessa postura, que se contrapôs ao modelo sensacionalista nos grandes jornais da América. Foi nos Estados Unidos que o jornal-empresa atingiu sua maturidade. A divisão de trabalho nas redações centralizou o *gatekeeping* – decisão sobre o que vai ou não ser publicado – em editores que se orientam ora por leis do mercado, ora por conveniências que traduzem o jogo dos grupos de pressão ou entidades abstratas como o *interesse nacional*. Os repórteres apuram e processam as informações segundo procedimentos padronizados, sem muita ingerência ou até consciência desse processo. (LAGE, 1987, p. 15)

Surtem assim técnicas, em especial o lide e a pirâmide invertida, e formas de simplificação dos acontecimentos. Por mais que se busque essa uniformidade – com estratégias de objetivação que visam a apagar o narrador como autor e conferir, por meio deste disfarce, objetividade e neutralidade ao conteúdo – e a apuração precisa do jornalista, “a forma de construir a notícia é reveladora de uma singularidade e de uma cultura própria” (BORELLI, 2005, p. 5).

O jornalista, como na Teoria do Espelho, assume o papel, figurativamente, de um fotógrafo. Ele transmite – de forma “honesta e isenta” – um retrato da realidade, simplesmente da forma como ela se apresenta. Um mediador neutro que não manifesta nenhuma intervenção subjetiva. A máxima que retrata claramente esta teoria e suas heranças para os tempos atuais é a de que “as notícias são como são porque a realidade assim determina”. (TRAQUINA, 2005, p. 146-149).

Para a ‘Teoria do Espelho’, que prevaleceu por várias décadas desde o século XIX, o jornalista seria um comunicador desinteressado, um agente que não tem interesses que possam desviá-lo de sua missão de informar, procurar a verdade. Inspirados pelo surgimento das máquinas fotográficas, os defensores desta tese acreditavam na metáfora de que poderiam divulgar um ‘retrato dos acontecimentos’.

O movimento racionalista surgido em meados do século XVII, que contou com pensadores como Descartes, Rousseau e Newton, instituiu um pensamento baseado na possibilidade de acumular verdades controladas. Seu rigor racionalizante acabou por definir certos ‘códigos socioculturais’ que, inconscientemente, determinam posturas, maneiras de pensar e agir.

O pragmatismo das sociedades contemporâneas mostra objetividade e rapidez na atuação do comunicador, através de regras no desempenho de sua função. Ao adotar a racionalidade da ciência, assume-se também uma visão de mundo que crê na harmonia entre ‘o racional e a realidade’. Por isso, institui a crença de que o jornalismo deva ‘produzir verdades’.

Tal raciocínio é definido brilhantemente por Motta no excerto abaixo.

A estratégia textual principal do narrador jornalístico é provocar o “efeito de real”. Fazer com que os

leitores/ouvintes interpretem os fatos narrados como verdades, como se os fatos estivessem falando por si mesmos. Esse efeito de real no jornalismo se obtém com diversos recursos de linguagem e com uma fixação do centro do relato no aqui e no agora, no momento presente. O jornalismo observa o mundo desde o atual, ancora seu relato no presente para relatar o passado e antecipar o futuro. Opera uma mediação que é, ao mesmo tempo, lingüística e temporal. Oferece ao leitor um lugar empírico desde onde se pode observar o mundo, compreender o passado e especular sobre o futuro. Oferece ao homem moderno, na sua dispersão e evasividade, uma forma de compreender seu mundo e sua existência. Na afirmação radical do presente (atualidade) o jornalismo constrói a sua versão de neutralidade e objetividade reduzindo e encerrando tudo no momento atual. É da atualidade que ele organiza as histórias como sucessão. O passado e o futuro tendem a perder força, a amenizar-se: tudo gira em torno do hoje, do aqui, do agora, do ao vivo e do on-line. Daí a profusão de advérbios e de expressões adverbiais de tempo e de lugar que vinculam a sucessão de eventos a uma visão do hoje, do agora, do presente, do instante. (MOTTA, 2005, p.9)

O texto jornalístico passa, então, a assumir uma postura fria diante dos fatos, colocando o foco de suas narrativas nos acontecimentos (Que?) e distanciando-se dos indivíduos protagonistas (Quem?), já que falar destes seria correr o risco de parecer subjetivo demais. O sujeito é um simples adereço dos fatos e, quando muito, possui uma profissão acompanhada de nome e idade. Em muitos momentos, o máximo de humanização que encontramos nas folhas de um jornal diário qualquer são meia dúzia de palavras jogadas entre duas aspas, culminadas por expressões padronizadas: disse, falou, exclamou.

De acordo com Josenildo Guerra, a única forma de se atingir a imparcialidade na atividade jornalística ser através da pluralidade de vozes, versões e opiniões divergentes. Isto atribuiria isenção e neutralidade ao veículo que estaria apenas apresentando os fatos para que os leitores possam optar pela versão que lhe parecer mais verdadeira. O autor ainda apresenta a imparcialidade como “a busca da verdade pela síntese das melhores perspectivas de cada versão e como um método para que a objetividade pudesse ser atingida. Esta perspectiva está ligada aos pressupostos realistas que afirmam a realidade como absoluta, pré-existente a qualquer investimento humano”. (GUERRA, 1999, p. 2-3).

Não se pretende que a narração objetiva exclua o testemunho do próprio jornalista, que muitas vezes diverge ou conflita com suas fontes. Mas se exige que o jornalista exponha o que apurou pessoalmente, como e onde, e o que relataram os personagens envolvidos nas ocorrências, ou que as observaram circunstancialmente.

### 3. A FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO

“O entendimento do papel político e social da notícia tende, hoje, a se alinhar em duas vertentes: a que ressalta o *direito à informação* e a que destaca a *liberdade de informar*”.(LAGE, 1987, p. 50)

Indo além, a informação difundida pela atividade jornalística constitui-se uma necessidade social. Como aspecto da liberdade de expressão, da comunicação social, é hoje uma necessidade primordial do homem que vive em sociedade. Devido à crescente complexidade social, as pessoas não só para se orientarem e estabelecerem contato permanente umas com as outras, mas, também, para participarem, precisam de conhecimentos e idéias sobre o que acontece ao seu redor. Os fatos repercutem em suas vidas, nas opiniões da comunidade, e o conhecimento deles serve para que possam atuar eficazmente nos ambientes de trabalho, familiar e social, cumprindo seus papéis de cidadãos. (VIEIRA, 2003, p.32)

O jornalismo, em especial aquele intitulado por Silva como jornalismo público, atua de diversas formas, com um discurso que busca proporcionar visibilidade à coisa pública e ao cidadão, e age como mediador da cidadania, numa relação na qual a imprensa visaria a equilibrar o poder do Estado com o poder do cidadão. Desta forma, a atividade jornalística pode ser entendida como “instância fiscalizadora do Poder Público e suas subdivisões [...]”. Daí, a clássica perífrase de que a imprensa é o quarto poder” (SILVA, 2002, p. 48).

Silva aponta a imprensa como uma forma de exercício da democracia participativa, uma vez que os outros poderes são representativos. Isto faz com que a imprensa dê visibilidade à coisa pública. Este papel de fiscalizador é delegado pelos cidadãos ao jornalismo porque “seria inviável cada cidadão exercer por si, diuturnamente, o papel de fiscal” (SILVA, 2002, p. 48). Sem credibilidade, [a imprensa] será apenas um simulacro da realidade e não uma representação documental da mesma. A imprensa, portanto, é um poder auxiliar do cidadão, mas, se se voltar contra os interesses do cidadão que, em suma, é o interesse público, também estará descolada de sua principal razão de existir (SILVA, 2002, p. 50).

A credibilidade que a sociedade deposita na imprensa possibilita o compartilhamento virtual de experiências, ou seja, que não são, mas vêm a ser reais. Ao



mesmo tempo, ao dar ampla publicidade e visibilidade aos fatos, amparados na crença de que o material colhido pelo repórter é verdadeiro, as matérias jornalísticas se transformam em uma representação documental de uma realidade: a realidade construída pelo jornalismo que tem no interesse público uma de suas premissas norteadoras.

O fato de o jornalismo ter se desenvolvido como uma forma distorcida de esfera pública, especialmente pelos interesses burgueses e de mercado que impulsionaram o crescimento e a consolidação deste segmento, não afastou a sua função pública, mas, quanto à seletividade dos acontecimentos merecedores de publicidade, mantém-se circunscrito a sujeitos de classes privilegiadas, conforme aponta Silva.

De maneira acentuada, o espaço público da imprensa não está aberto às classes mais pobres, a não ser quando essas se vêem em meio a acidentes, assassinatos, conflitos, tragédias e elevado número de mortos. A crônica social ou vive de “boas histórias” midiáticas ou do mundo das colunas sociais e da vida privada, íntima e pública dos grandes astros e estrelas da tv e do cinema. (SILVA, 2002, p. 54).

Desta discussão, o mesmo autor salienta o aparecimento de um gênero jornalístico socialmente engajado, um jornalismo público ao estilo do norte-americano *civic journalism*. Este jornalismo público seria responsável pela cobertura de temas que incluem dívida social e cidadania. Trata-se de uma forma de incluir a pauta social na pauta do jornalista de modo a não apenas dar publicidade aos acontecimentos, mas buscar mecanismos para entender e explicar a gênese dos fatos.

Nesta pauta estão inseridos assuntos como infra-estrutura pública, denúncias de corrupção ou o tratamento dado pelo Congresso Nacional a temas de interesse público, como fez o Correio Braziliense (SILVA, 2002, p. 67). Outro exemplo citado pelo autor é o da TV Cultura que exibe matérias com o objetivo de motivar os telespectadores a exercerem a cidadania. Há ainda uma vertente que entende o jornalismo público como aquele que cobre e divulga “ações sociais no campo da chamada “responsabilidade social” (SILVA, 2002, p. 68).

Mas o jornalismo, fiscalizador dos poderes e tutor da cidadania, é fiscalizado por quem? No Brasil não existe um conselho que regule a questão de conteúdos e cuide dos abusos praticados pelos diversos meios de comunicação. Silva explica que “as empresas jornalísticas têm criado mecanismos para este controle, mas que, diferentemente

de fiscalizadores, funcionam como estratégias de marketing e de relações públicas.” (SILVA, 2002, p.72).

Exemplo disto é o ombudsman, o profissional que faz as críticas aos materiais publicados nas edições anteriores, geralmente de periódicos, apontando as falhas e incorreções. Ele também recebe as críticas dos leitores e dá espaço a estas opiniões que abordam os erros e as imperfeições das matérias, dos editoriais, dos conteúdos etc. Como diz Silva “é o canal de destino das solicitações de retificações, de retratações e de reparações. Trata-se de uma estratégia, outro disfarce, uma tentativa de solução consensual entre o ofendido e o ofensor que evita processos pela via da justiça (onerosos às empresas) e confere mais credibilidade ao veículo”(SILVA, 2002, p.72).

Apesar do papel de “quarto poder”, assumido principalmente pela grande imprensa, esta também integra a elite e, por conseguinte, difunde suas idéias que, pelo discurso do jornalismo, ecoam nas diversas camadas sociais e culturais. Tem-se a sensação de que paira sobre o jornalismo uma consciência coletiva, como “uma autocensura – censura invisível” na denominação de Bourdieu, dentro desses padrões intelectualizados, que cerceiam os discursos, fazendo com que estes percam autonomia.

Pelo fato de oferecer ao leitor uma oportunidade de experiência simbólica virtual da realidade, o jornalismo acaba por condicionar, em parte, o modo de pensar esta realidade e forma, assim, uma opinião pública. Curioso é notar que este público, ao ser fonte do jornalismo, reproduz os moldes primeiramente colocados pela imprensa – até porque aquelas opiniões que não se enquadram nestes padrões, dificilmente são expressas ou têm o mesmo espaço ou ênfase. Desta forma, o jornalismo se auto-alimenta e alimenta a “opinião pública” constantemente, num ciclo incessante de troca de informações produzidas, reproduzidas e consumidas por ele mesmo.

Patrick Champagne (apud BRANDT, 2005) lembra que os jornalistas são potenciais líderes de opinião, devido à atividade que exercem, ao imprimir em seus textos o julgamento que acreditam ser a opinião de seus leitores. “Essa opinião pré-ajustada ao público, lida pelos leitores, tende a tornar-se a opinião dos leitores e, por conseqüência, um importante componente para o que é percebido como opinião pública” (CHAMPAGNE apud BRANDT, 2005).

Além disto, Bourdieu (apud BRANDT, 2005) ressalta que a opinião pública e as

pesquisas de opinião pública, amplamente utilizadas no jornalismo, são instrumentos artificiais de construção da realidade, como um mecanismo legitimador para a construção de demandas entendidas como necessárias. Ele se refere às sondagens de opinião como instrumento de ação política, já que estas seriam a soma das opiniões individuais ou a média das opiniões de um determinado grupo. Trata-se de uma mostra representativa que busca um status de cientificidade.

### **3.1 A Hipótese do Agendamento**

Agendar significa nortear comportamentos. *Agenda setting* foi a hipótese contemporânea desenvolvida pelos norte-americanos Maxwell McCombs e Donald Shaw, no artigo *The Agenda Setting Function of Mass Media* de 1972, embora sua essência tenha sido indicada no ano de 1922 por Walter Lippmann em sua obra clássica *Public Opinion*, que já destacava o papel da imprensa no enquadramento de atenção dos leitores em direção a temas impostos como “de maior interesse coletivo”. Para Lippmann, os meios de comunicação contribuíam na ordenação de informações e imagens, o que facilitava a assimilação por parte das pessoas tanto do seu conteúdo quanto da realidade da qual tratavam.

Em 1925, Robert Ezra Park defendeu, em seu livro “The City”, a idéia de que os meios de comunicação estabeleciam uma ordem de importância para os acontecimentos. Os fatos do dia-a-dia são ordenados de acordo com uma prioridade, que acaba por interferir na assimilação das informações. Foi Norton Long, no entanto, que primeiro citou claramente o conceito de *agenda setting*, quando afirmou, em 1958, que, de certa forma, o jornal é o primeiro motor da fixação da agenda territorial. Para Long, o jornal tem “grande participação na definição do que a maioria das pessoas conversará, o que as pessoas pensarão que são os fatos e como se deve lidar com os problemas”.

A perspectiva de Long é a de que os jornais (principais veículos de comunicação de massa na época) têm o poder de pautar os leitores bem como influenciar os seus pensamentos e principalmente de agendar o debate de assuntos específicos. Este é o princípio básico da hipótese do *agenda setting*, futuramente discutida por McCombs e Shaw, ou seja, analisar como os meios de comunicação decidem sobre o que a população

deve pensar e falar. Em outras palavras, o que se conclui é que as mídias não dizem necessariamente o que se deve pensar, mas sobre o quê.

Segundo Enric Saperas, a importância dessa teoria para o campo da comunicação deve-se ao fato de que:

O estudo da capacidade de se estabelecer a agenda de temas por parte dos meios de comunicação significou, no marco da pesquisa americana, a primeira ruptura consolidada em relação às análises da comunicação política fora do âmbito estrito da persuasão, como também significou o passo definitivo da comunicação comercial à comunicação política como o âmbito de estudo empírico onde se produziria a maior inovação teórica. (SAPERAS, 1995, p. 175).

“Quanto mais expostas as pessoas são a um determinado assunto, mais o seu interesse aumenta e, à medida que o interesse aumenta, mais as pessoas se sentem motivadas para saber mais acerca dele” (WOLF, 1992, p. 31). Esta afirmação de Wolf pode ser considerada uma síntese da hipótese do agendamento. O autor acredita que a persuasão do público, destinatário da mensagem, “é um objetivo possível, se a forma e a organização da mensagem forem adequadas aos fatores pessoais que o destinatário ativa quando interpreta a própria mensagem” (WOLF, 1992, p.29).

Durante as vinte e quatro horas de um dia, uma avalanche de informações é lançada sobre as pessoas, sendo que apenas uma parte dessas informações é processada por nossos cérebros. Não há tempo. O relógio passa rápido e os acontecimentos acompanham o ritmo de forma proporcional. Aliás, não há como não guardar algo na memória, ouvindo, lendo e vendo aquilo todo dia. É o chamado efeito de acumulação, característica que marca a hipótese de *agenda setting*. Para Antonio Hohlfeldt, os meios de comunicação influenciam sobre o receptor não a curto prazo, como boa parte das antigas teorias pressupunham, mas sim a médio e longo prazos.

Se aquilo não se repete todo dia, é porque já está ultrapassado, e, supostamente, não tem mais importância; outras notícias já ocuparam seu lugar no noticiário. Mas quando se repete, é porque você deve se preocupar com aquilo. Afinal, o jornalismo trabalha com a seleção de informações. O perigo mora nessa seleção.

Roger Silverstone define de forma expressiva a importância social das matérias jornalísticas e como estas influenciam a vida em sociedade.

Nossas histórias são textos oficiais: rascunhos, esboços, fragmentos, estruturas, indícios visíveis e audíveis de nossa cultura essencialmente reflexiva, convertendo os eventos e idéias tanto da experiência como da imaginação em contos diários nas telonas e nas telinhas. Sob esse aspecto, elas são nossa cultura, gostemos disso ou não, expressando as consistências e contradições da fantasia e da classificação, e oferecendo textos para que nós, suas audiências, nos posicionemos, nos identifiquemos com personagem e tom, sigamos a trama e retiremos (ou não) alguma coisa da capacidade de imitação a narrativa. (SILVERSTONE, 2002, p.81, 82)

Vale ressaltar, porém, que é admitido que essa influência se inscreve no domínio das cognições, dos conhecimentos, e não das atitudes. Talvez isso explique o por quê da falta de eficiência da mídia em geral ao falar sobre questões sociais e não se observar mudanças quanto às atitudes do público em relação a tais problemas.

Segundo a Teoria do Agendamento, há variáveis cognitivas que influenciam o efeito que uma informação publicada gera no receptor. São eles: o tempo de exposição do assunto; a proximidade geográfica entre o fato e o receptor; a natureza e o conteúdo dos temas; a credibilidade da fonte e/ou do meio que veicula a notícia; o número de receptores atingidos, ou audiência; a comunicação interpessoal. Além desses fatores, a amplitude e a profundidade com que determinados assuntos são tratados também são dois fatores determinantes na influência gerada no receptor.

“A *agenda setting* constrói suas hipóteses afirmando que a influência não reside na maneira como o *mass media* fazem o público pensar, mas no que eles fazem o público pensar” (Hohlfeldt 2001, p. 112). Em poucas palavras, uma das conclusões às quais se chega é de que:

“Os meios de comunicação, embora não sejam capazes de impor *o quê* pensar em relação a um determinado tema, como desejava a teoria hipodérmica, são capazes de, a médio e longo prazos, influenciar *sobre o quê* pensar e falar, o que motiva o batismo desta hipótese de trabalho. [...] Assim, a agenda da mídia de fato passa a se constituir também na agenda individual e mesmo na agenda social.” (HOHLFELDT, 2001, pág. 191).

Ou seja, o poder da mídia em fazer com que os temas que serão discutidos pelos receptores em seus respectivos cotidianos. Isso não significa que a imprensa irá determinar

a opinião dos receptores sobre o assunto, mesmo com a imprensa estabelecendo o que estará no centro das preocupações.

Em um estudo realizado em 1979, Shaw relata que a hipótese do *agenda setting*, em consequência da ação dos meios de informação, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos.

As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (Shaw apud Wolf, 2001, p.144).

A hipótese do agendamento considera a comunicação como um processo ininterrupto, constante, no qual o receptor é alvo de uma “avalanche informacional”. No entanto, boa parte desta informação acaba se perdendo, justamente por existir em um volume grande demais para ser captado de uma única vez pela mente de uma pessoa.

“Este fluxo contínuo informacional gera o que McCombs denominará de *efeito de enciclopédia* que pode ser inclusive concretamente provocado pela mídia, sempre que isso interesse [...] visando *atualizar* o leitor em torno de determinado fato. Na maioria dos casos [...] guardamos de maneira imperceptível em nossa memória uma série de informações de que, repentinamente, lançamos mão.” (HOHLFELDT, 2001, pg. 190).

Ainda conforme a análise de Hohlfeldt, a hipótese do agendamento baseia-se em três pressupostos básicos: o fluxo contínuo de informação; a influência dos meios de comunicação a médio e longo prazo; e a capacidade da mídia de impor os temas que serão discutidos pelo cidadão.

Por não ser um processo exclusivamente linear, mas de estruturação coletiva e de certo modo recíproco, Wolf elenca algumas fases do processo do agendamento, a começar pela “fase da focalização” (WOLF, 1992, p.155). Segundo ele, este é o momento no qual a imprensa confere ampla publicidade a um acontecimento, que dependendo de sua natureza, necessita de “quantidades e qualidades diferentes de cobertura para atraírem a atenção”.

Apesar de ser essencial, apenas esta fase não determina a influência cognitiva dos receptores.

A segunda etapa pode ser traduzida como fase do enquadramento, quando o objeto do jornalismo é “interpretado à luz de um qualquer tipo de problema que ele simboliza” (WOLF, 1992, p.155), ou seja, um quadro interpretativo é construído com base nos fatos amplamente noticiados e apresentado ao leitor.

No terceiro momento, o acontecimento integra o quadro social e político reconhecido após a sua associação a um sistema simbólico, a acontecimentos de pouco destaque, como forma de vivenciar o respectivo problema de modo continuado (WOLF, 1992, p.156).

Finalmente, o tema adquire peso, se puder personificar-se em indivíduos que dele se constituam “porta-vozes”. A possibilidade de dar forma à agenda reside, em grande parte, na habilidade desses indivíduos para comandarem a atenção dos *mass media* num processo de empolamento que volta a propor todo o ciclo de fases (WOLF, 1992, p.156).

Nem sempre se pode notar essas fases com clareza e distinção, uma vez que este processo de agendamento dá-se de forma cada vez mais autonomizada e espontânea, especialmente com a difusão cada vez mais rápida dos acontecimentos pelos meios de comunicação. Um aspecto facilmente notado é o da “ordem do dia”, e dos fatos secundários ligados a esta ordem, cercados pelos interesses subjetivos e segmentados dos destinatários.

### 3.2. Direito de Comunicar

A compreensão da comunicação como um direito nasceu no bojo dos debates comandados pela Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura (Unesco) no final da década de 1970 sobre uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC). Para embasar as discussões, a Unesco montou uma comissão liderada pelo irlandês Sean McBride com o objetivo de mapear a realidade da mídia no mundo. O relatório, intitulado *Um Mundo e Muitas Vozes* e publicado em 1980, tornou-se um marco ao conceituar a noção de direito à comunicação.

Hoje em dia se considera que a comunicação é um aspecto dos direitos humanos. Mas esse direito é cada vez mais concebido como o direito de comunicar, passando-se por cima do direito de receber comunicação ou de ser informado. Acredita-se que a comunicação seja um processo bidirecional, cujos participantes – individuais ou coletivos – mantêm um diálogo democrático e equilibrado. Essa idéia de diálogo, contraposta à de monólogo, é a própria base de muitas das idéias atuais que levam ao reconhecimento de novos direitos humanos.

Desmond Fischer, em 1982, propõe que o Estado deve não só reconhecer a existência e a validade do conceito do direito de comunicar, além de corporificar "numa lei nacional as liberdades englobadas no direito de comunicar - liberdade de opinião, de expressão e de informação - e que reconheça na prática os direitos que, por sua vez, decorrem dessas liberdades - livre fala, liberdade de imprensa, independência de radiodifusão, 'governo aberto" (FISCHER, 1982, p. 68).

Há de se ressaltar a conexão direta entre o Estado democrático de Direito e o amplo acesso às informações (de recebê-las ou de prestá-las), o que justifica uma preocupação cada vez maior do legislador no sentido de valorar o acesso à informação (de interesse pessoal ou coletivo) como um direito, ou melhor, como um bem juridicamente protegido. Confira-se, a respeito, o art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948: “Todos têm o direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui a liberdade de sustentar opiniões sem interferência e procurar, receber e transmitir informações e idéias mediante quaisquer meios e independentemente de fronteiras.”

A Constituição da República em seu art. 5º, inciso IV, consagra o direito à livre manifestação do pensamento como uma das garantias fundamentais dos cidadãos e um dos pilares do Estado Democrático de Direito. Mas para que o pensamento saia do campo da psique e se materialize, seja através de ondas sonoras, na forma escrita ou de qualquer outra maneira, é preciso que haja igual liberdade em usar os meios disponíveis de comunicação para que a mensagem seja transmitida de forma eficiente e sem barreiras.

Só assim o direito à liberdade de pensamento ganha efetividade. É a tese defendida por Ana Lúcia Menezes Vieira: “A expressão máxima do livre pensar é poder propagar, por



quaisquer meios, opiniões, idéias e pensamentos. A liberdade de expressão é consequência da liberdade de pensamento, é a exteriorização desta”. (VIEIRA, 2003, p.24).

Mas é o art. 1º da Lei 5.250 de 1967 que, em consonância com a Carta Magna, une os conceitos de liberdade em receber e propagar informações num conceito macro, o de liberdade de imprensa: “É livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou idéias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer”. Ana Lúcia Menezes Vieira diz que a informação constitui-se uma necessidade social:

A informação, como aspecto da liberdade de expressão, da comunicação social, é hoje uma necessidade primordial do homem que vive em sociedade. Devido à crescente complexidade social, as pessoas não só para se orientarem e estabelecerem contato permanente umas com as outras, mas, também, para participarem, precisam de conhecimentos e idéias sobre o que acontece ao seu redor. Os fatos repercutem em suas vidas, nas opiniões da comunidade, e o conhecimento deles serve para que possam atuar eficazmente nos ambientes de trabalho, familiar e social, cumprindo seus papéis de cidadãos. (VIEIRA, 2003, p. 27)

Os direitos da comunicação podem ser vistos como aqueles que fornecem as condições para o pleno exercício da liberdade de expressão em uma sociedade complexa e mediada, na qual o poder e o controle dos recursos estão distribuídos de forma muito desigual. A liberdade de expressão é, de fato, o centro dos direitos da comunicação. No entanto, a luta por esses direitos vai além dela, pois cria o ambiente no qual a liberdade de expressão pode ser integralmente consumada no seio da sociedade. Cremilda Medina vai além e trata do Direito de Opinião e de como o homem se torna protagonista das ações em sociedade quando toma posse de tal direito.

O Direito Social à informação e o Direito de Opinião – este, de todos os setores e indivíduos de uma sociedade – constituem dois dos principais pilares da democracia contemporânea. As lutas sociais pela democracia carregam, na dinâmica que lhes é inerente, o direito de estar informado, o direito de saber o que está acontecendo à sua volta, porque tem acesso ao fato histórico, o homem não passará a protagonista da ação social. Faz parte também da

conquista garantido o Direito de Opinião, não o que caracteriza o liberalismo clássico, mas o que se expande a toda a sociedade. O Direito à Informação e o Direito de Opinião são os suportes da participação de todos no seu próprio destino. (MEDINA, 1988, p.133)

Nilson Lage defende que o direito de comunicar só será plenamente alcançado, não somente através do acesso a todos os meios de produção da informação, mas também pela diversificação do seu conteúdo.

A informação tornou-se tão abundante que se torna obrigatório selecioná-la. Quem fizer a seleção deterá parcela significativa de poder, sejam governos, empresas nacionais ou internacionais. Os critérios tradicionais do marketing de notícias – o sensacionalismo, a imparcialidade que pretende trazer o mundo às mãos do consumidor, em algumas páginas ou em alguns minutos – não situam esta questão básica. O direito individual de escolha entre os veículos esgota-se nas possibilidades que são oferecidas, e a padronização faz com que todos se pareçam. Se a capacidade de decisão de cada pessoa depende das informações que recebe e se a democracia é o exercício do poder, em última instância, por essas pessoas, não há dúvida quanto à necessidade de diversificar o fluxo de informação e estabelecer critérios mais adequados de seleção. (LAGE, 1987, p. 51 e 52)

Os direitos à comunicação se baseiam na ação de comunicar, na realização de uma interação entre pessoas. Eles garantem que a liberdade de interagir com os outros gere por fim um ciclo de comunicação, do qual podem resultar o aprendizado, o entendimento e a cooperação. Uma abordagem inicial da meta dos direitos à comunicação é portanto: assegurar a geração de um ciclo de interação considerado, criativo e respeitado entre pessoas e grupos, que endosse na prática o direito de que todos possam igualmente se expressar, ouvir e serem ouvidos em suas idéias, assim como serem considerados e atendidos.

É o que demonstra Fischer ao afirmar que “a comunicação é também a base da sociedade. Os indivíduos precisam dela para viverem juntos. Sem ela não poderá haver cooperação, paz. A comunidade depende de comunicações” (FISCHER, 1984, p. 18).

O amplo direito de informar é resistência jurídica, na medida em que a democratização da notícia alarga as mensagens disponíveis, multiplicando as oportunidades

de identificação de cada cidadão com os então diversos emissários de enunciados nos meios de comunicação. Nesse contexto, posiciona Fischer:

“A evolução gradual da democracia faz um paralelo, e discutivelmente é na essência o resultado de, a desmitificação do processo de comunicação e a conseqüente disseminação mais ampla do poder conferido pela posse da informação e dos meios de comunicá-la. Quanto mais pessoas tiverem informação e quanto mais informação as pessoas tiverem, melhor será a sociedade e mais forte sua base democrática” (*idem*, p. 19).

O direito de comunicar parte da verificação de que a comunicação pertence aos indivíduos e às comunidades que os indivíduos formam, não sendo, portanto, suscetível de apropriação por quaisquer poderes (Estado, igrejas, capital). Qualquer apropriação liquidaria o espaço e as chances de desenvolvimento da inteligência coletiva. O modo das relações de comunicação aparece, portanto, como o retrato da própria base sobre a qual se produzem as relações culturais e econômicas, assim como as sociais e políticas.

Então, o direito de comunicar ativamente propõe que a liberdade de comunicação conquistada para as relações intersubjetivas institucionalizadas estendam-se ao plano público ou social. Sem a participação do cidadão não há chances de comunicação pública, nem de vida democrática. Todas as pessoas têm o direito de participar da comunicação social através dos veículos existentes, uma vez que essa comunicação realiza-se no espaço público que pertence a todos e não pode ser de ninguém em particular - e que os meios de comunicação têm origem e caráter de serviço público. O exercício do direito de comunicar exige, assim, que todos os cidadãos tenham acesso a utilização, posse ou propriedade de meios de comunicação.

### 3.3 Crônica Judiciária

É o espaço destinado aos atos dos signatários do Poder Judiciário pelos órgãos de Imprensa. É o principal meio pelo qual a sociedade tem acesso a publicidade processual. É o que Ana Lucia Menezes Vieira afirma:

Um desses meios, entre outros, que são dispostos a

intermediar a notícia dos fatos criminosos e da atuação da Justiça em relação a seus autores. Ela representa um aspecto particular da liberdade de manifestação do pensamento, uma espécie de atividade jornalística que decorre do direito de os meios de comunicação informarem. Distingue-se da crônica em geral pela peculiaridade de seu objeto, ou seja, é a exposição de fatos atinentes não a fenômenos sociais, políticos ou culturais, mas é específica a fatos relacionados aos atos judiciais. (VIEIRA, 2003, p. 104)

O espaço destinado às decisões judiciais, que aqui chamamos de crônica judiciária, se revela o meio mais eficiente para dar vazão à publicidade processual. O linguajar demasiadamente técnico e rebuscado do universo jurídico e o próprio espaço físico limitado das salas de audiência afastam o interesse das grandes massas. A escrita coloquial e acessível dos meios de comunicação, que se propõem a desmistificar e traduzir esses jargões atrai o olhar da população de volta à importância dos atos processuais.

A mídia, utilizando-se de uma linguagem livre, por meio de textos (palavra escrita), entrevistas, debates (palavra falada), imagens televisivas ou fotografadas, muito diversa da forma erudita utilizada pelos profissionais de direito, torna visível a Justiça, tem o importante papel de decodificá-la, fazê-la compreensível, pois não basta que se veja e conheça a justiça, é preciso compreendê-la. (VIEIRA, 2003, p.104)

O papel da imprensa, portanto, é de fazer com que os atos processuais cheguem ao povo, devendo transmiti-los de forma clara, isto é, traduzindo o tecnicismo utilizado pelos sujeitos processuais, utilizando-se da linguagem simples que é característica dos meios de comunicação.

Essa função decodificadora da linguagem judicial é vista por Ana Lúcia Menezes Vieira como um dos pontos mais positivos e relevantes da publicidade processual proporcionada pela imprensa. (2003, p. 106).

Isto porque só pode se falar em fiscalização dos atos do Poder Judiciário pela sociedade, quando esta efetivamente os entende, afinal ninguém pode opinar sobre algo que não saiba.

Todavia, para que a imprensa possa cumprir essa função, é necessário que se tenha mínimo conhecimento jurídico, no que tange ao desenrolar do processo, referente aos termos utilizados, bem como sobre o que significa o ato que se noticia. Tal tarefa não é fácil, mas de forma alguma poderá ser dispensada, sob pena de se desconstituir a referida função. (Ana Lúcia Menezes Vieira, 2003, p. 109)

Conclui-se então, que a mídia, ao traduzir a "língua dos juristas" aos cidadãos leigos, acaba por contribuir no controle da administração judiciária. Por esta razão, não deve ser apontada solução no sentido de se evitar a influência da imprensa nas decisões judiciais baseada da idéia de se renunciar à publicidade processual, mas sim de promover um controle responsável e informado por parte da mesma.

Muitos dos males produzidos pela imprensa decorrem exatamente da falta de conhecimento técnico jurídico dos que transmitem a notícia. Quase sempre os jornalistas são desprovidos de conhecimentos básicos acerca do processo, "tanto que confundem as funções da polícia com as do Ministério Público, destes com as do Poder Judiciário, englobando-os todos na noção de 'Justiça' ". (Ana Lúcia Menezes Vieira, 2003, p. 108-109)

Pior do que não ter o devido conhecimento do que se noticia, é acrescentar à informação um juízo de valor formado pelo jornalista sem embasamento algum - uma vez que não tem conhecimento para opinar -, como se esta sua interpretação fosse intrínseca ao próprio ato processual noticiado!

Assim, os transmissores da notícia, ao darem novos conceitos aos atos processuais, terminam por deturpá-los, sendo que a informação inexata é ainda pior do que a própria falta de informação.

Sobre esta deformação dos atos do processo pela imprensa, critica Francisco de Assis Serrano Neves:

A imprensa conhece o processo criminal muito por baixo, muito elementarmente. Joga, quase sempre, apenas com informações, sempre tendenciosas ou parciais (resultantes de diálogos com autoridades ou agentes policiais, advogados e parentes das partes etc.). Ora, se assim é, a crônica ou a crítica, em tais circunstâncias, é, por via de consequência, às vezes injusta, não raro distorcida, quase sempre tendenciosa. Portanto, à vista de episódios que serão encaminhados ao Judiciário, ou que neste já se encontrem, cabe ao jornalista, por sem dúvida, a tarefa de aperfeiçoar sua prudência. (NEVES, 1977, p. 407,408).

A veiculação de notícias inexatas produz conseqüências terríveis ao processo, seja em relação ao acusado, que se vê estigmatizado como bandido, tendo a sua presunção de inocência fortemente violada, como também em razão à própria Justiça torna-se desacreditada pela sociedade.

Sobre esses efeitos da notícia deformada, aduz Ana Lúcia Menezes Vieira:

É comum, também, os meios de comunicação noticiarem uma prisão temporária ou cautelar de uma determinada pessoa, elevando o provimento jurisdicional à categoria de definitivo. Verificada a desnecessidade do arresto cautelar, a notícia da liberdade do suspeito ou acusado gera na opinião pública uma descrença na atividade da Justiça. Daí surgirem os chamados "clichês": "a polícia prende a Justiça solta", "o crime compensa", só pobre vai para a cadeia", entre outros. Sem dizer, desde logo, dos resultados na opinião pública, ameaçadores à dignidade do preso. (VIEIRA, 2003, p. 109).

No curso da mesma obra, a autora ainda aponta conselhos importantes para o profissional de imprensa avaliar e ponderar, na sua atividade diária.

A reportagem sobre crimes e atos judiciais deve ser a mais objetiva possível. A crônica judiciária que exalta ou denigre, utilizando-se de critérios unicamente subjetivos, é abusiva. A imprensa pode informar sobre uma investigação criminal em curso, porque o direito de ser informado abrange o acesso às fontes de informação. Deve, porém, respeitar o sigilo do inquérito policial, respeitar a dignidade do suspeito ou investigado, das vítimas e testemunhas. A imagem do investigado, preso ou não, poderá ser divulgada se houver a anuência dele. A vítima deverá ser resguardada, evitando-se a divulgação de sua identidade. As testemunhas, se o caso exigir, por questão de segurança pessoal, não poderão ser identificadas. O jornalismo investigativo não é vedado. Todavia, o jornalismo deverá ser prudente e comedido, procurando salvaguardar os valores éticos do ser humano. São abusivas as acusações infundadas – inclusive aquelas feitas sobre uma denúncia anônima – contra um indivíduo e que ferem a presunção de inocência. Mesmo em bases sólidas, a afirmação de prática delituosa contra alguém exige cautela. (VIEIRA, 2003, p.265).

Asseveramos, também, que, além da objetividade que deve nortear o noticiário policial e a crônica judiciária, o jornalista também deve se preocupar em explicitar, para o público alvo da notícia, questões como, por exemplo, nível escolar do acusado, contextos sócio-cultural e sócio-econômico, histórico de vida, principalmente as relações familiares, possíveis passagens anteriores pelo sistema carcerário etc. O público compreenderia, com mais facilidade, os fatores que propiciam, na maioria absoluta dos casos, o desencadeamento do crime.

Por fim, entendemos que o caminho mais adequado para a ponderação de interesses conflitantes, a ser feita pelo próprio jornalista, é o do bom senso e o do respeito ao outro. Só assim poderemos administrar, no dia a dia, o interesse pela notícia sem violar direitos, constitucionalmente garantidos, em mesmo grau de importância com a liberdade de expressão.

#### 4. A Influência do Jornalismo nas decisões judiciais

É inegável que o Poder Judiciário, nos dias de hoje, é uma das maiores fontes de notícias para a imprensa brasileira. É por seus Tribunais que transitam os litígios do dia-a-dia da população ao lado das grandes questões do mundo dos negócios, da economia, da segurança pública e - por que não - da política. Temos como exemplo, a atuação do STF no arbitramento dos limites de atuação dos deputados e senadores do Congresso Nacional pertencentes às diversas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) que permeiam o Parlamento nos últimos tempos.

A pressão da imprensa em determinados fatos provoca a posição da sociedade e, por conseqüência, tem grande influência na decisão de atos judiciais. O caso da menina Isabella, que foi jogada do 6º andar de um prédio em São Paulo, comoveu toda a população. Enquanto a imprensa ocupava todo o espaço no dia a dia, Ministério Público na acusação e Advogados na defesa apresentavam defronte as Câmeras de Televisão seus pontos de vista.

O assunto foi de tal ordem que duas decisões judiciais são creditadas a posição da imprensa: duas liminares em *habeas corpus* foram negadas. A primeira junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo e a outra junto ao Superior Tribunal de Justiça em Brasília. Isso mostra que quando a imprensa assume um determinado papel esclarecendo a opinião pública e mostrando a importância de estar de um determinado lado obtém resultados surpreendentes.

O juiz de direito, apesar de sua formação para abstrair questões externas ao processo no momento de julgar, é um ser humano que vive em sociedade. Assim, o questionamento que se faz é se, com a insistência midiática em fazer de um suspeito ou acusado, culpado, pode-se influenciar juízes e jurados na emissão de suas decisões e julgamentos. Isto parece ainda mais concreto quando se observa a divulgação extremada dos atos de investigação, que deveriam ser sigilosos, e a exposição de provas obtidas por meios ilícitos pela mídia.

O próprio juiz, ser humano que é, pode sofrer a influência da idéia geral punitiva que cerca a sociedade. Porém, em relação ao juiz a situação torna-se bastante diversa, já que ele, a princípio, tem formação para atuar nesta posição, o que inclui conhecer a necessidade de efetividade das garantias penais, bem como filtrar as informações acerca da culpabilidade de um suspeito difundidas pela mídia. Carnelutti já levantava o problema da



imparcialidade dos juízes, notando a insuficiência humana para tal condição. “A justiça humana não pode ser senão uma justiça parcial; a sua humanidade não pode senão resolver-se na sua parcialidade. Tudo aquilo que se pode fazer é diminuir a sua parcialidade”. (CARNELUTTI, 2004, P.237)

O princípio da motivação, previsto no art. 93, inciso IX da Constituição Federal é uma forma de controle sobre os atos decisórios. “As razões de decidir importam, também, permitir o controle crítico da sentença, para que se possa estabelecer a exata dimensão do conteúdo da vontade do juiz”.

Em se tratando de uma prática que atinge todas as pessoas, assim como o juiz, é muito possível que, de certa forma, um julgamento acabe atribuindo valor de prova a algo que sequer adentrou no processo. Lopes Jr. afirma que, na sua opinião, “não há dúvidas de que a exposição massiva dos fatos e atos processuais, os juízos paralelos e o filtro do cronista afetam o (in) consciente do juiz, além de acarretarem intranquilidade e apreensão”. (LOPES JR., 2004, p.183)

A independência do poder judiciário, conforme demonstra Ferrajoli, serve justamente para que se possa fazer do juiz o garantidor dos direitos fundamentais do indivíduo, os quais não podem ser desrespeitados sequer por maioria. A democracia que se aplica neste caso, não é a democracia formal, e sim a democracia substancial.

“Puesto que los derechos fundamentales son de cada uno y de todos, su garantía exige un juez imparcial e independiente, sustraído a cualquier vínculo con los poderes de mayoría y en condiciones de censurar, en su caso, como inválidos o como ilícitos, los actos a través de los cuales aquéllos se ejercen. Éste es el sentido de la frase ‘! Hay jueces en Berlín! : debe haber un juez independiente que intervenga para reparar las injusticias sufridas, para tutelar los derechos de un individuo, aunque la mayoría o incluso los demás en su totalidad se unieran contra él; dispuesto a absolver por falta de pruebas aun cuando la opinión general quisiera la condena, o a condenar, si existen pruebas, aun cuando esa misma opinión demandase la absolucíon. (FERRAJOLI, 1999, p. 27)

A necessidade de que se configure tal independência vai de encontro à publicidade excessiva realizada pela mídia, que pode fazer, por vezes, com que alguns juízes venham a

ser influenciados. Há também a questão do *trial by media*, expressão trazida do problema semelhante norte-americano, que significa o julgamento realizado na instância midiática, pretendendo vincular a posterior decisão do judiciário.

Na opinião de Lopes Jr., é inegável que os julgamentos paralelos influenciam na decisão final do juiz: “a própria presunção de inocência – regra máxima do garantismo processual – é sepultada pelos julgamentos paralelos e isso, inegavelmente, também afeta a relação juiz/acusado no curso do processo, e principalmente, na decisão final”. (LOPES JR., 2004, p.185)

A influência de que se fala não se trata somente de quando o juiz deve prolatar a sentença final do processo, senão também quando toma decisões no curso do mesmo. Um momento em que a mídia pode ter influência direta em decisões judiciais é no caso de decretação de prisão preventiva.

Podem ser citados alguns exemplos de decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. As decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que dizem respeito aos verbetes “prisão preventiva” e “imprensa”, são no mesmo sentido do STF. Não se pode firmar a idéia de manutenção da ordem pública a partir de um clamor público baseado nos discursos sensacionalistas da imprensa.

“O clamor público deve ser analisado com os devidos cuidados, para se evitar a injustiça; precipitadas acusações, principalmente advindas da imprensa, não podem atingir o livre convencimento do juiz de maneira absoluta; não se inclui entre as causas justificantes de custódia preventiva (...)”. (HC 4.926/SP, Rel. Ministro Edson Vidigal, Quinta Turma, julgado em 08.10.1996, DJ 20.10.1997 p. 53110).

Em alguns julgados percebe-se que a decisão recorrida tinha como fundamento somente os discursos da imprensa local, sendo reformadas pelo tribunal. Um exemplo está neste outro julgado: “Se, além de existirem dúvidas acerca da autoria e da materialidade dos delitos, a ordem pública não foi afetada, a não ser pelo sensacionalismo e exagero dos meios de comunicação, não há porque manter decreto de prisão preventiva”. (HC 9.690/RS, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Sexta Turma, julgado em 24.08.1999, DJ 13.09.1999 p. 117).

É interessante notar o seguinte julgado, onde o acusado foi condenado e teve o direito de recorrer em liberdade, tendo, posteriormente, o magistrado decretado a prisão preventiva com base na manutenção da ordem pública, ao que o STJ julgou: “Decretação da prisão preventiva, posterior a sentença, com base em notícias veiculadas pela imprensa sem a necessária comprovação. Constrangimento ilegal caracterizado, já que, para a prisão cautelar, não bastam meras conjecturas, pressão da mídia ou hipóteses não apoiadas em provas”. (HC 2.733/BA, Rel. Ministro Assis Toledo, Quinta Turma, julgado em 31.08.1994, DJ 10.10.1994 p. 27181).

Esses julgados demonstraram uma conformidade com a idéia da prisão preventiva como exceção no processo penal, já que em regra ninguém pode ser privado da sua liberdade sem o devido processo legal, como prevê o art. 5º, inciso LIV da Constituição Federal e, portanto, como inadmissível que as campanhas da mídia possam configurar o requisito. Porém, estas felizes decisões devem ser analisadas em relação à decisão recorrida. Para que haja estes julgados, antes foram realizadas decisões que levaram em consideração o que estes tribunais não o fizeram. Isto pode demonstrar que, de certa maneira, o juiz que está na região pode sofrer mais pressão para segregar um acusado. Isto demonstra a real possibilidade de ocorrência da decretação da prisão preventiva como regra, e não como exceção, em função de apelos repressivos da sociedade, incitada pela mídia.

#### 4.1. A Mdiatização da Justiça

Mdiatizar o universo judiciário é a visibilidade que atualmente se dá à Justiça nos meios de comunicação, onde isto se torna prejudicial quando se pretende pela opinião pública influenciar a decisão do Juiz. A mídia dramatiza as informações relacionadas com a violência: apresenta a criminalidade por meio de estereótipos, condena com sua publicidade pessoas que ainda são presumidas inocentes, difunde o discurso de endurecimento das penas, amplia o alarme social gerado pela violência, espalha o medo, não raramente tenta influenciar no resultado dos julgamentos jurídicos.

A independência judicial, assim como a objetividade das decisões, não são fenômenos isolados do contexto social. Nas sociedades de opinião pública,

conseqüentemente, nenhum exercício de poder fica imune à mídia, em maior ou menor intensidade.

Muitas variáveis comprometem o ideal do interesse público que legitima o poder da atividade jornalística. Seja pelo fetiche da velocidade que impera em todas as redações, seja pela espetacularização e fragmentação das informações resultantes de acontecimentos, o objetivo, pode-se afirmar, é o de vender mais. Logo, um interesse privado. No sentido de atrair o público, as narrativas sobre a realidade tornam-se por vezes mais dramáticas, a ponto de confundirem-se com a ficção. Em vários casos, cidadãos, apenas suspeitos em um inquérito policial, encontram-se já condenados nos jornais, além de terem suas vidas destruídas, pois sua imagem, honra, privacidade e intimidade foram vilipendiadas.

A situação é agravada ainda pelo descompasso verificado entre a dinâmica na qual se movimenta (em tempo real) a mídia e a lentidão necessária para a apuração e julgamento de fatos criminosos pelos agentes estatais e magistrados. Na dinâmica da mídia, priorizam-se os principais fatos relacionados à etapa inicial do descobrimento do crime, investigação dos seus suspeitos e eventualmente a prisão provisória.

Nesta etapa delicada, inicial e ainda pouco elucidada pelos órgãos estatais responsáveis pela investigação oficial, os órgãos da mídia algumas vezes emitem opiniões de acordo com a vertente acusatória (inclusive com a exibição de verdadeiros shows promovidos pelos agentes estatais responsáveis pela investigação sigilosa e com respeito dos direitos dos acusados) e frequentemente omitem opiniões relacionadas à defesa dos acusados (seja pela edição na manifestação de advogados, familiares e suspeitos, ou ainda pior, seja no ocultamento integral da versão defensiva).

Para o público consumidor em geral, a impressão que fica é invariavelmente a eficiência da mídia como instância “justiceira” de uma arquitetura estatal falida e ineficiente. De fato, acentua-se o descompasso entre a velocidade instantânea com a qual trabalha a mídia, refém de sua própria correria na divulgação online das notícias, e a necessária lentidão com a qual deve trabalhar o Poder Judiciário. É precisamente inserido dentro desta morosidade que está o respeito aos diversos direitos e garantias a que faz jus qualquer cidadão, mesmo que acusado e submetido a julgamento, no País que pretendemos criar e consolidar com respeito à chamada “Constituição Cidadã”.

Essa lógica deturpada, marcada pelo imediatismo tem origem em uma sociedade

contemporânea que reclama por uma justiça rápida e rígida o que impede a devida maturação do processo judicial. Essa necessidade, por sua vez, emerge do condicionamento de receber as notícias com maior velocidade, acrescida do estado de pânico. A sociedade sente a necessidade de que todos os crimes tivessem soluções urgentes porque existe uma enorme quantidade de informações relativas ao crime que são difundidas quase que momentaneamente. Bastante esclarecedoras são as palavras de Aury Lopes Jr.

Estabelece-se um grande paradoxo: a sociedade acostumada com a velocidade da virtualidade não quer esperar o processo, daí a paixão pelas prisões cautelares e a visibilidade de uma imediata punição. Assim querem o mercado (que não pode esperar, pois o tempo é dinheiro) e a sociedade (que não quer esperar, pois está acostumada com o instantâneo). Isso ao mesmo tempo em que desliga do passado, mata o devir, expandindo o presente. Desse presenteísmo / imediatismo brota o Estado de Urgência, uma conseqüência natural da incerteza epistemológica, da indeterminação democrática, do desdobramento do Estado Social e a correlativa subida da sociedade de risco, a aceleração do tempo efêmero da moda.

Diante deste quadro em que as soluções devem ser proferidas o mais rápido possível e, como se não bastasse, devem possuir o invólucro da violência, isto significa dizer que a sociedade passou a cobrar do Poder Judiciário medidas violentas para o combate a criminalidade. E o que é pior, sem o trânsito em julgado, ou seja, há uma intensa cobrança para que o Poder Judiciário tome uma medida urgente para solucionar o caso. E o Poder Judiciário, cedendo aos anseios da sociedade, se vale de decisões e procedimentos para saciar esta necessidade.

O referido argumento da emergência propicia, inevitavelmente, a supressão da análise ponderada e refletida das medidas adotadas devendo, portanto, somente ser utilizada em situações que realmente necessitem, ou seja, em casos excepcionalíssimos como são aqueles expressamente previstos para a decretação dos Estados de Defesa, Urgência ou Sítio.

O mundo judicial experimenta uma das maiores pressões midiáticas. O juiz, cada vez com maior frequência, acaba julgando sob o "fogo midiático". A isso dá-se o nome de midiaticização da Justiça, que procura explorar suas deficiências bastante conhecidas,

destacando-se, dentre elas, a sua percepção negativa que é revelada (pela população) em todas as pesquisas.

Quando a pressão não é direta, é indireta. Da sociedade disciplinar, dócil e útil (tal como foi desenhada por Foucault), passamos para uma sociedade de controle, que se caracteriza pelo uso (e abuso) da pena intimidativa (prevenção geral negativa) e neutralizante (prevenção especial negativa), ou seja, por meio dela procura-se não só intimidar os potenciais delinquentes (na fase da elaboração da lei), senão também segregar os que são selecionados pelo sistema penal (fase de execução). A sociedade de controle, de outro lado, não objetiva eliminar a criminalidade, sim, só controlar os grupos sociais de risco (os inimigos de cada momento).

No lugar do sonho do sistema social de apoio e inclusão dos marginalizados, entra a realidade do sistema penal, ou seja: do controle penal. Quem não tem capacidade de consumo ("sujeito monetário sem dinheiro") deve ser controlado. Com isso o que se pretende (o que as autoridades pretendem) é dar demonstração de certa eficiência para reduzir a sensação de insegurança.

E o que a mídia tem a ver com tudo isso? A mídia não só retrata, ela também constrói a realidade social. Produz (ou reproduz, muitas vezes sem retoques) imagens de insegurança.

O discurso midiático é atemorizador, porque ele não só apresenta como espetaculariza e dramatiza a violência. Não existe imagem neutra. Tudo que ela apresenta tem que chocar, tem que gerar impacto, vibração, emoção. Toda informação tem seu aspecto emocional: nisso é que reside a dramatização da violência. Não se trata de uma mera narração, isenta.

A realidade é apresentada ou forjada de forma maniqueísta. Considerando-se que a mídia parte da perspectiva da vítima, claro que sua preocupação primeira é com o endurecimento do sistema penal. Considerando-se, de outro lado, que ela é seletiva (tanto quanto o sistema penal), é evidente que a criminalidade é apresentada por meio de estereótipos bem conhecidos.

Diz a mídia, constantemente, que o sistema penal é muito benigno e que os juízes são muito permissivos. Com isso ela não só gera uma demanda de mais endurecimento, como efetivamente alcança esse objetivo (na medida em que muitos juízes sucumbem diante da pressão midiática).

#### 4.2. Sistema de Valoração das Provas Judiciais

Entre os conteúdos presentes nos autos, as provas são apresentadas como fundamentais para a formação deste sentimento e conseqüente elaboração de uma sentença. Esses itens que formam o processo sofrem uma valoração particular de cada magistrado ao analisar uma ação. Atualmente, o sistema de convencimento pelo qual são proferidas as decisões é o da persuasão racional ou do livre convencimento motivado do juiz. Ao deliberar, este princípio (artigo 131 do CPC) prescreve que “o juiz seu juízo de valor acerca dos fatos da causa com base no material fático, todo elemento contido na prova contribui para a formação da convicção do juiz a respeito da existência de determinado fato” (CÂMARA, 2002, p. 389).

Para que a decisão não seja uma atitude arbitrária, o magistrado deve fundamentar sua sentença, apontando, desta forma, as motivações e as razões daquele “que representa o Estado em sua função pacificadora” (BARCELLOS, 2004, p. 389). São os sistemas de valoração da prova que permitirão ao juiz a formação de um juízo de valor sobre o objeto da prova, formando assim seu convencimento sobre acerca do fato a ser provado ali.

O primeiro sistema de valoração da prova que se tem conhecimento é o das ordálias, ou “juízos de deus” (CÂMARA, 2002, p. 398). Por este princípio entendia-se que as pessoas teriam a proteção e as providências divinas caso fossem acusadas injustamente. Datam desta época os registros da utilização de água fervente, das fogueiras, das forcas, de torturas e de outros métodos que serviam para verificar a inocência de uma pessoa. Se ela estivesse dizendo a verdade, nenhum destes métodos a atingiria uma vez que entraria em cena a proteção e as providências de Deus para defender o injustiçado.

No sistema da prova legal, posterior a esse primeiro, os meios de prova recebem valores numéricos fixos. Os pesos atribuídos aos meios de prova deveriam ser contabilizados pelo juiz e, conseqüentemente, a quantidade e a presença de provas consideradas de valor alto determinavam o vencedor da causa. Nada mais era do que um esquema hierarquizado (tarifado) previamente determinado em lei, o qual coibia a atenção às especificidades do caso.

Alexandre Câmara ressalta que este sistema originário do direito positivo ainda não foi totalmente superado e exerce um papel notadamente marcante “em casos como o do

artigo 141 do CPC, que nega valor à prova exclusivamente testemunhal nos contratos de valor superior a dez salários mínimos, ou o do artigo 902 do mesmo código “que exige ‘prova literal’ (ou seja, prova escrita) do contrato de depósito, que – embora não solene – só se prova por esta prova” (CÂMARA, 2002, p. 399). Segundo o autor, “estes resquícios do sistema de tariffação das provas comprometem e cerceiam o livre convencimento do magistrado”.

No entanto, o modelo mais utilizado nos dias de hoje é o da íntima convicção do juiz, pelo qual sua decisão não necessitaria estar ligada às provas produzidas pelas partes. O convencimento levaria em conta todo e qualquer elemento, inclusive impressões pessoais e fatos extrajudiciais que chegassem ao seu conhecimento. Apesar de não ser mais utilizado no moderno processo civil, este sistema fundamenta o tribunal de júri nos processos penais, no qual os jurados não precisam se restringir às provas dos autos. (CÂMARA, 2002, p. 399).

#### 4.3 Os Meios das Provas e as Matérias Jornalísticas

Segundo a definição supracitada de Alexandre Câmara os meios de prova são todos os elementos que atestam os fatos descritos na ação e pelos quais o juiz chega ao seu convencimento, ou seja, forma a sua convicção subjetiva. Câmara ainda subdivide as provas em uma classificação específica.

As provas podem ser diretas, relacionadas ao próprio fato que se quer provar, ou indiretas, quando tratam de outros fatos pelos quais, por raciocínio dedutivo, colaboram para a decisão. Estas últimas geralmente estão relacionadas à prova indiciária. Elas também podem ser categorizadas em provas pessoais, um depoimento contundente de uma testemunha, por exemplo, e em provas reais, que são aquelas que por coisas confirmam os acontecimentos, como uma declaração contida em um documento. Quanto ao objeto, as provas podem ser classificadas em testemunhais, documentais e materiais. Prova testemunhal é toda afirmação oral. As afirmações escritas ou gravadas, como documentos e fotografias, integram o grupo das provas documentais e as provas materiais são formadas por qualquer outra materialidade que sirva de prova como



as perícias e as inspeções judiciais. Por fim, uma prova pode ser pré-constituída, ou seja, preparada anteriormente, ou casual, produzida durante o curso do processo. (CÂMARA, 2002, p.387)

No Brasil, as prova aceitas em juízo devem ter sido obtidas por meios legais ou moralmente legítimos, conforme descreve o artigo 332, do CPC. Os principais meios de prova legal são a prova documental, a prova testemunhal, a prova pericial e a inspeção judicial, definidos por lei e também chamados de provas típicas. Já os meios moralmente legítimos de prova são todos aqueles que não ferem a moral e os bons costumes, denominadas de provas atípicas ou auxiliares. As provas obtidas de forma ilícita, como grampos clandestinos, costumam não ser aceitas ou validadas pela justiça, por considerar que o ato ilegal de obtenção anula e corrompe a prova. (CÂMARA, 2002, p.402).

Um aspecto fundamental, destacado pelos doutrinadores do direito, é que, para ser válida e amplamente aproveitada, a prova deve ser passível do contraditório, ou seja, ambas as partes podem ser contestadas e questionadas quanto à produção das mesmas.

Dentro destas possibilidades são levantadas algumas hipóteses. A primeira delas é que a matéria jornalística pode ser enquadrada no universo das provas legais como exibição de documento ou coisa, descrita no CPC, que apesar de ser considerada uma ação de exibição e não um meio de prova tem o mesmo valor atestador. A segunda hipótese é a aceitação da matéria jornalística como prova documental, uma vez que, conforme descreve Câmara:

Documento é toda atestação escrita ou gravada de um fato. Por este conceito, verificamos que a noção de documento, em nosso Direito, é bastante ampla, alcançando não só os instrumentos escritos como também as fotografias, filmes, gravações de sons e assemelhados (CÂMARA, 2002, p. 411).

Outra teoria é a admissão da matéria jornalística como uma prova atípica, como uma *prueba de informes*. Trata-se da solicitação de informações pelo juiz a terceiros, especialmente a órgãos públicos. Este é um meio típico reconhecido nos países de língua latina, mas no Brasil é visto como uma prova atípica por não ser pré-constituída, ou seja, pode ser solicitada no curso do processo, e por não exigir conhecimentos técnicos para sua elaboração (CÂMARA, 2002, p. 401).

O jornalista, apesar de ser um técnico da informação, não possui, em grande parte das ocasiões, conhecimentos específicos das áreas em que atua como repórter, nem competência para realizar uma perícia reconhecida em juízo. Mesmo assim, as informações colhidas do jornalista e de terceiros, especialmente em casos de repercussão, abordam fatos, versões e opiniões que, assim como a *prueba de informes*, acrescentam dados para as questões suscitadas que formam o convencimento do juiz.

As referências a matérias jornalísticas em petições e em decisões judiciais são inúmeras e fartas, mas numa breve pesquisa de jurisprudência é possível notar a inadmissibilidade por parte das instâncias do Poder Judiciário de decisões fundamentadas exclusivamente em matérias jornalísticas. Um exemplo claro e recente deste tipo de situação foi a suspensão por parte de Supremo Tribunal Federal (STF) da quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto. Ele, que ficou conhecido como o amigo que pagou as contas do presidente Lula, teve seu sigilo devassado por uma decisão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos cuja fundamentação priorizava matérias jornalísticas e, por isso, não constituíam indícios suficientes para avaliar o pedido, conforme alegou o advogado de Okamoto ao STF.

As matérias jornalísticas poderiam ser consideradas como um depoimento de uma testemunha, pois mesmo com a possibilidade de um relato falho ela contribui com informações subsidiárias e, assim como o depoimento testemunhal, não pode ser a fundamentadora exclusiva de uma decisão. Uma vez que não são passíveis do contraditório, o que pode ser feito no caso das testemunhas, as matérias jornalísticas inseridas nos autos têm, portanto, valor idêntico à *prueba de informes*, ou apenas informes como descrevem alguns magistrados entrevistados. Elas ampliam a visibilidade do juiz sobre determinada situação, sobre caminhos que podem ser seguidos, no entanto, sem dar indícios suficientes para determinar, por si só, a sorte do julgamento.

Um aspecto que deve ser ressaltado está descrito no artigo 134 do CPC que diz não dependerão de provas os fatos notórios. Ora, quem dá notoriedade aos fatos é a imprensa, são as matérias jornalísticas, que por meio de seus mecanismos de divulgação fazem com que os fatos cheguem ao conhecimento de toda a população.

Um questionamento importante a ser levantado é o da divulgação das provas ilícitas pela mídia, como gravações telefônicas, utilização de câmeras ocultas, entre outras. Como

se sabe, cresce o jornalismo investigativo, e, com ele, várias arbitrariedades quanto a julgamentos antecipados. De acordo com o inciso LVI, do art. 5º da Constituição Federal, “são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos”.

Nesse sentido, por mais que uma prova ilícita seja produzida, ela jamais poderá permanecer dentro do processo, para que não interfira de modo algum na convicção do julgador. Porém, como a Constituição prevê a inadmissibilidade da prova apenas no processo, está claro que este tipo de prova é um ótimo produto noticioso, muito utilizado pelo jornalismo investigativo. Em se tratando de uma prática que atinge todas as pessoas, assim como o juiz, é muito possível que, de certa forma, um julgamento acabe atribuindo valor de prova a algo que sequer adentrou no processo. Lopes Jr. afirma que, na sua opinião, “não há dúvidas de que a exposição massiva dos fatos e atos processuais, os juízos paralelos e o filtro do cronista afetam o (in) consciente do juiz, além de acarretarem intranquilidade e apreensão”. (LOPES JR, 2004, p. 183).

Assim, de forma a conseguir uma certa resposta ao clamor da população, como quando a imprensa a incita em desfavor do réu, os juízes podem terminar por decretá-la, mas com intenção escusa sob um fundamento legalmente previsto. O que pode ocorrer, portanto, é a prisão cautelar se transformar em cumprimento antecipado de pena, ao invés de objetivar apenas garantir o êxito do processo. Mais uma vez o princípio da presunção de inocência acaba ruindo, dando lugar ao arbítrio.

Através da cortina de fumaça do alarma social e segurança pública, com a pressão dos meios de comunicação, freqüentemente o juiz acaba perdendo sua imparcialidade em prejuízo do devido processo e da presunção de inocência, ordenando ou mantendo a prisão preventiva em hipóteses em que, se não fosse tais fatores, não decretaria. Dessa maneira, a necessidade social de pena em uma sociedade de *mass media* é satisfeita antecipadamente com a utilização da prisão preventiva, que substitui a pena e canaliza assim as necessidades psicológico-sociais de punição. (SANGUINÉ, 2001, p. 274)

#### 4.4 Decisão do Juiz

As sociedades modernas criaram instituições como o Poder Judiciário, que controla e soluciona conflitos de interesses por meio da interpretação e aplicação das leis. Daí surgem os juízes, cuja função encontra-se estabelecida no Código de Processo Civil e cujo objetivo principal é o de preservar a dignidade da Justiça (art. 125 do CPC).

Antônio Levenhagen descreve o juiz como “atuante, livre de iniciativas, habilitado a pesquisar a verdade em toda a profundidade, para fazer justiça às partes, ou seja, o bem comum. Sem poder se eximir de dar a sentença, o magistrado pode recorrer à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito em casos de vácuo normativo”. (LEVENHAGEN, 1991, p. 87)

No campo do direito, assim como no jornalismo, são exigidas do juiz imparcialidade e neutralidade na hora da decisão. Estes conceitos têm sido considerados utópicos por parte dos autores de ambas as áreas.

Mesmo o juiz, apesar de sua formação para abstrair questões externas ao processo no momento de julgar, é um ser humano que vive em sociedade. Assim, o questionamento que se faz é se, com a insistência midiática em fazer de um suspeito ou acusado, culpado, pode-se influenciar juízes e jurados na emissão de suas decisões e julgamentos. Isto parece ainda mais concreto quando se observa a divulgação extremada dos atos de investigação, que deveriam ser sigilosos, e a exposição de provas obtidas por meios ilícitos pela mídia.

A sentença judicial é um ato do juiz que pode decidir ou não o mérito da causa, como está descrito no art. 162 do CPC. A origem do termo é do latim *sententia*, gerúndio do verbo *sentire*, que significa “opinião”, “sentir”, ou seja, o final do processo em que o juiz “declara o que sente”, formula o seu juízo (OLIVEIRA, 2004). A decisão é algo muito particular do juiz, quando ele faz suas escolhas e declara o seu entendimento sobre determinado problema que lhe é apresentado, à luz da lei e de acordo com suas concepções pessoais.

Calamandrei utiliza uma metáfora interessante para demonstrar como se dá o processo da expedição de sentença e como funciona a lógica do juiz no seu momento de decisão.

Representa-se escolarmente a sentença como o produto de um puro jogo lógico, friamente realizado com base em

conceitos abstratos, ligados por inexorável concatenação de premissas e conseqüências; mas, na realidade, no tabuleiro do juiz, as peças são homens vivos, que irradiam invisíveis forças magnéticas que encontram ressonâncias ou repulsões, ilógicas, mas humanas, nos sentimentos do judicante. Como se pode considerar fiel uma fundamentação que não reproduza os meandros subterrâneos dessas correntes sentimentais, a cuja influência mágica, nenhum juiz, mesmo o mais severo, consegue escapar? (CALAMANDREI, 1995, p. 175, 176).

Antigo texto considerado “Peça do Processo de Cristo” existente no Museu da Espanha narra que a sentença de morte proferida por Pôncio Pilatos a Jesus Cristo, possivelmente a decisão judicial mais famosa da história da humanidade. Sebastião Amoedo em artigo sobre o tema, descreve que Jesus foi levado para o litóstrotos ou varanda em grego, local que representava o então tribunal da época. Pilatos infringe as leis da época que proibiam qualquer pessoa de ser julgada ou presa á noite, pelo clamor público. Por fim, como se sabe, Pilatos lava suas mãos, em ato simbólico de libação purgatória por seu pecado de omissão e o réu é executado.

Por mais que tenha tentado atribuir a culpa à plebe que o cercava, foi dele o veredicto final. E se ficou refém dos acusadores foi porque transigiu. Abriu mão de sua posição de autoridade máxima. Poderia ter adiado o julgamento, se recusado a deixar o interior do seu palácio, ou exigir novas provas. Mas ao sair para o litóstrotos, fragilizou a sua capacidade de julgador isento e independente. O magistrado ao clamor da opinião pública afasta-se da juridicidade para abraçar a política. Um magistrado decide de acordo com a lei e a sua consciência. Mesmo que suas decisões fiquem a mercê do juízo histórico, jamais devem ser subordinadas à cambiante opinião pública, que no calor da historicidade migra da convergência à divergência da lei. (AMOEDO, 2009)

Retomamos o episódio para discorrer sobre o papel do magistrado e a influência da mídia e da opinião pública sobre ele. O juiz inevitavelmente acaba utilizando seus valores e preconceitos, sejam gerados pela mídia ou de sua própria formação, em suas decisões. É conseqüência natural que os juízes se vejam influenciados, ou pelo menos pressionados, por estes veículos.

Apesar dos limites legais impostos ao juiz na hora de decidir, como o de se ater apenas às informações do processo, não é possível a ele, uma vez que é sujeito social, detectar e anular os elementos subjetivos que permeiam suas escolhas.

Evidentemente as provas produzidas são o principal item influenciador da decisão do juiz. Porém, não basta a simples produção das provas para conhecer-se o resultado final do processo. Imprescindível atentar-se aos elementos subjetivos - pessoais e ou ideológicos - que motivam o magistrado para a procedência, improcedência ou parcial procedência do pedido (BARCELLOS, 2004, p.399).

A autora exemplifica esta teoria pelas diversas situações semelhantes ou idênticas que recebem soluções diferentes do Poder Judiciário, a depender da percepção individual do juiz quanto aos fatos, as provas e a interpretação particular da lei.

É verdadeiramente impossível ao juiz 'indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento' (artigo 131 do CPC). São as influências que inspiram o juiz que dificilmente a explicação de como se convenceu será plenamente satisfatória. No julgamento há premissas ocultáveis imperceptíveis. (BARCELLOS, 2004, p. 399).

Um exemplo claro dessa situação são as decisões que decretam prisão preventiva a acusados por crime. Tanto se fala em liberdade de expressão na imprensa, mas poucos questionam as responsabilidades da mesma. A publicidade dos atos processuais tem a missão de garantir um julgamento justo ao acusado e possibilitar um controle da atividade do Judiciário pela sociedade. Portanto, há de se evitar os excessos cometidos pela mídia. É intolerável que ela esteja sendo utilizada pelos meios de comunicação de forma desvirtuada, contrariando precisamente o que deveria garantir.

O artigo 312 do Código de Processo Penal delimita os requisitos para a decretação de uma prisão preventiva, uma das modalidades de prisão cautelar, ou seja, aquela que é decretada durante a tramitação do inquérito ou da ação penal, antes da sentença do juiz. Eis o que diz o artigo:

A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

Um exemplo bastante contundente sobre como muitos magistrados se sentem pressionados pela influência da repercussão pública de crimes veiculados na mídia é o do suposto homicídio da menina Isabella Nardoni. Ao decidir pela prisão de Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá, o juiz Maurício Fossen, do 2º Tribunal do Júri da Capital (SP), considerou materialmente presentes os indícios de autoria dos dois crimes atribuídos ao casal: homicídio doloso triplamente qualificado — por emprego de meio insidioso ou cruel, com uso de recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima e para assegurar a ocultação ou a impunidade de outro delito — e fraude processual (mudança do cenário do local do crime) agravada por, presumivelmente, ter sido cometida para produzir efeito em um processo penal que ainda não havia sido iniciado.

Contata-se a clara influência da mídia na decisão do juiz quando este sublinha que a repercussão pública provocada pela mídia como reforço ao seu entendimento. O magistrado recorreu a comentadores jurídicos, como Guilherme de Souza Nucci:

Crimes que ganham destaque na mídia podem comover multidões e provocar, de certo modo, abalo à credibilidade da Justiça e do sistema penal. Não se pode, naturalmente, considerar que publicações feitas pela imprensa sirvam de base exclusiva para a decretação da prisão preventiva. Entretanto, não menos verdadeiro é o fato de que o abalo emocional pode dissipar-se pela sociedade, quando o agente ou a vítima é pessoa conhecida, fazendo com que os olhos se voltem ao destino dado ao autor do crime. Nesse aspecto, **a decretação da prisão preventiva pode ser uma necessidade para a garantia de ordem pública, pois se aguarda uma providência do Judiciário como resposta a um delito grave.** (NUCCI, 2007, pág. 591).

Temos aqui um problema. Se for verdade que o Brasil se abalou com as circunstâncias da barbárie, também não se pode ignorar um elemento decisivo para a comoção popular: a massificação da mídia na divulgação do caso. O próprio juiz faz a ressalva:

Queiramos ou não, o crime imputado aos acusados acabou chamando a atenção e prendendo o interesse da opinião pública — em certa medida, deve-se reconhecer, pela excessiva exposição do caso pela mídia que, em certas ocasiões, chegou a extrapolar seu legítimo direito de informar a população — o que, no entanto, não pode ser

ignorado pelo Poder Judiciário e fazer-se de conta que esta realidade social simplesmente não existe, a qual dele espera uma resposta.

Logo, percebe-se que a veiculação sensacionalista da imprensa pode influir no julgamento dos magistrados de três formas: 1) pode convencê-lo em relação à culpabilidade do réu, ensejando este julgamento extraprocessual - mesmo sem que o juiz perceba – no seu julgamento; 2) pode, mesmo que não consiga convencê-lo de fato, o pressionar a decidir da forma o jornalista demonstrou ou o juiz interpretação que assim este pensasse, como a correta; 3) pode induzi-lo, de forma tácita ou expressa, a decidir de tal forma, que afirma como correta.

A primeira hipótese ocorre da seguinte forma. A imprensa noticia o fato de forma teatral, veicula informações colhidas em Inquérito Policial sem contraditório, entrevista familiares, vítimas, etc. Soma-se a crônica judiciária com o sentir e o pensar do juiz, e assim, muitas vezes o juiz se vê convencido, como qualquer ser humano, pelo opinado ou sugerido pelos meios de comunicação social. Em último caso, forma seu próprio convencimento, mas baseado em informações extraprocessuais.

É suficiente para gerar um opinativo no julgador, que o faz avaliar a prova dos autos de forma já tendenciosa, ou o convence da culpabilidade do acusado logo de imediato, não conseguindo este pré-julgamento ser derrubado pelas provas apresentadas no processo, sendo, portanto, a influência decisiva no julgamento.

A influência difere da pressão, pois na segunda o jornalista se manifesta sobre o que deve ser feito pelo juiz, enquanto na primeira influi apenas na culpabilidade do agente.

Quanto à segunda, ocorre da mesma forma da anterior, o que muda é a interpretação do julgador. Isto porque este pode até conseguir se livrar dos pré-julgamentos (seus e da imprensa), porém se sente compelido a, por exemplo, decretar a prisão preventiva do acusado, por entender que é desta forma que julga como correto a mídia e a própria sociedade. Assim - ainda considerando o mesmo exemplo - a decreta, buscando uma aprovação social.

A imprensa não pressiona de verdade, mas ainda sim o juiz se sente pressionado. Observe-se que é muito normal haver influência e este tipo de pressão, pois quase sempre a mídia e a sociedade esperam algo do juiz, e este tendo esta consciência, se



sente coagido, mesmo que acabe por não sucumbir a esta coação.

Já a terceira, que também é fundada na busca de aprovação pelo juiz, se difere desta em razão da mídia se manifestar sobre qual deveria ser a atitude do julgador. Esta pressão pode ocorrer de forma tácita (quando a mídia opina, por exemplo que seria a melhor alternativa o juiz prender preventivamente um referido acusado) ou expressa (quando suplica diretamente, através dos meios de comunicação social, que o juiz tome esta providência).

Na prática, essas influências ocorrem quase que conjuntamente. O juiz pode se sentir influenciado ou pressionado (estando a mídia efetivamente exercendo pressão ou não), como será visto a seguir.

Ao formar um juízo sobre o que determinada matéria jornalística expõe, o juiz internaliza estes conhecimentos, seja pela afirmação ou descrédito do que está ali apresentado, o que cria nele uma percepção da realidade. Esta percepção, que pode ou não ser externada, é que compõem parte da decisão do juiz, quando as informações dos fatos se referem ao caso em julgamento ou são análogas a elas.

A juíza federal e autora Simone Schreiber acredita que há uma forma do juiz se desvencilhar da influência opressiva dos meios de comunicação.

Às vezes, o juiz tem de se desarmar ou vencer preconceitos a respeito das pessoas que está julgando. O juiz tem que tentar esquecer um pouco o que a pessoa é e se concentrar no que ela fez ou no fato pelo qual ela está sendo acusada. O juiz também vive no mundo, convive com outras pessoas. Se chegar à conclusão de que a pessoa que está julgando é alguém de quem já tenha uma impressão anterior, que vai impedir de ter isenção no julgamento, é melhor simplesmente dizer que não pode julgar. O juiz sempre tem essa possibilidade de se declarar suspeito para julgar um processo. Eventualmente, uma das partes pode argüir a suspeição do juiz e isso é absolutamente democrático.

O jornalismo e o direito são áreas bastante afins, especialmente no que diz respeito às atribuições de jornalistas e juízes. São exigidos de ambos os profissionais conhecimentos diversos e amplos de diferentes áreas, por atuarem em situações bastante peculiares que demandam estes dados, para que estas informações forneçam subsídios, mesmo que por

analogias, e eles possam fazer opções para alcançar os resultados satisfatórios requeridos. De um, a matéria jornalística, de outro, a decisão judicial.

Da mesma forma, o ideal de atuação destes profissionais está condicionado a fatores ideológicos, éticos, políticos, históricos e sociais. A imparcialidade, a neutralidade, a isenção e a objetividade são todos conceitos possíveis dentro dos moldes positivistas, mas que, à luz de teorias contemporâneas, não encontram suporte, a não ser em técnicas mascaradoras da subjetividade do indivíduo, como mágicas de ilusionismo, disfarces que servem àqueles que acreditam neles.

## 5. Conclusão

Qual a influência da mídia nas decisões judiciais? A pergunta proposta no início desta dissertação acendeu a discussão do peso dos conteúdos jornalísticos nas decisões judiciais, que também estava esboçada na introdução do trabalho. Depois de discorrer sobre as teorias do jornalismo, sobre a produção de notícias, sobre valores empunhados pela Imprensa e pelo Direito, sobre as provas e sobre alguns exemplos de decisões judiciais notórias, estes aspectos puderam ser esclarecidos, pelo menos em parte.

O direito-dever da informação pertence à sociedade como um todo. O benefício coletivo tem particular força quando revela atos da ação governamental em geral e principalmente nos poderes legislativo, executivo e judiciário, impondo o cumprimento da transparência. Por exemplo: Uma notícia que invada a privacidade de um homem público desagrada a este, mas interessa ao público, justamente pelo fato de serem administradores públicos. O limite, nestes casos, estaria estritamente em encontrar o que realmente seria objeto de informação, o restante vai além do interesse público.

Nesse sentido defende Odone Sanguiné:

Quando os órgãos da Administração de Justiça estão investigando um fato delitivo, a circunstância de que os meios de comunicação social proporcionem informação sobre o mesmo é algo correto e necessário numa sociedade democrática. Porém uma questão é proporcionar informação e outra realizar julgamentos sobre ela. É preciso, portanto, partir de uma distinção entre informação sobre o fato e realização de valor com caráter prévio e durante o tempo em que se está celebrando o julgamento. Quando isso se produz, estamos ante um juízo prévio/paralelo que pode afetar a imparcialidade do Juiz, que, por sua vez, se reflete sobre o direito do acusado à presunção de inocência e o direito ao devido processo. (SANGUINÉ, 2001, p. 268)

Não há dúvida que toda a pessoa tem direito de receber informação transparente sobre o Estado. A administração da justiça de forma transparente é essencial em um contexto democrático. Portanto, tratando-se do direito de informação nos julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário encontraremos um ponto comum, de relevo, nas atividades de jornalistas e magistrados já que ambos exercem funções essenciais à manutenção e ao

desenvolvimento do regime democrático.

A imprensa contribui para a consolidação de uma democracia na medida em que atua com responsabilidade, cobrando a observância dos princípios democráticos, divulgando informação correta e imparcial, fiscalizando a atuação dos setores público e privado, denunciando irregularidades e oferecendo oportunidade para defesa. Em uma sociedade democrática a administração da justiça não pode crescer na escuridão e as decisões judiciais não podem ser secretas.

Conclui-se que o positivismo ou o legalismo exarcebado estão longe de serem as a solução ideal no momento da decisão judicial. O juiz moderno tem que interpretar a lei conforme o caso concreto, utilizando-se de outras fontes normativas. Mas também não pode ser admitido o juiz arbitrário, que quer criar lei, e motiva suas decisões em elementos que não só não estão previstos na mesma, como a contrariam.

A busca de decisões mais justas e o efetivo respeito aos direitos em questão, deverá voltar-se não apenas para o plano da análise da colisão dos direitos, da ilicitude e do postulado da proporcionalidade para a solução de casos concretos. O julgador deverá encontrar a limitação, considerando as necessidades sociais e o interesse público, aplicáveis ao caso particular, com base nos princípios constitucionais, decisões jurisprudenciais anteriores e legislação infraconstitucional.

Uma vez que os meios de comunicação condicionam a população a uma opinião, e essa opinião se reflete nos mais variados âmbitos da sociedade, entre eles, a Justiça, é urgente que se discuta e se identifique esta influência. É importante alertar jornalistas e juízes sobre o papel que desempenham na sociedade e sobre as pressões às quais se sujeitam de forma consciente e inconsciente. Não defendo que jornalistas ou juízes abandonem suas concepções em busca de uma falsa isenção e imparcialidade. Penso que, ao contrário, repórteres e magistrados devem explicitar e justificar suas posições e escolhas, em vez de se esconder em técnicas que maquiam posicionamentos e valores.

Em ambas as áreas, os profissionais devem ser cautelosos e checar suas fontes, para evitar erros que possam prejudicar pessoas, instituições e organizações. No calor do furo de reportagem e durante o espetáculo da notícia, principalmente, a atenção e o cuidado precisam ser aumentados para evitar a massificação e a absorção de um senso comum não embasado em análises, mas criado em rasos planos opinativos.

Constatados o valor do jornalismo para as decisões, conforme exposto, conclui-se que foram validadas as hipóteses inicialmente levantadas, demonstrado-se, assim, a influência dos conteúdos jornalísticos nas decisões judiciais. O instigante assunto fica como sugestão para que outros pesquisadores possam se aventurar neste desafiador mundo teórico que envolve a comunicação e o direito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, P. e TERROU, T. **História da imprensa**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

AMOEDO, Sebastião. **A sentença do litóstratos e a morte da Justiça**. Jornal do Comércio, 2009.

ANGHER, Anne Joyce. **Vade Mecum Acadêmico de Direito**. Editora Rideel, 2006.

BARCELLOS, Ana Luiza Berg. **A sentença judicial e a sua fundamentação**. Em: Rev. Esc. Direito. Pelotas: 2004

BRANDT, Daiana. **A influência da mídia na construção da cultura do medo quanto à criminalidade. Uma visão a partir do aporte teórico de Pierre Bourdieu**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 753, 27 jul. 2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7071>

BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. **Uma História Social da Mídia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004

CALAMANDREI, Piero. **Eles, os juízes, vistos por um advogado**. Editora Martins Fontes, São Paulo, junho/1995.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil. Volume 1**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2002.

CARNELUTTI, Francesco. **Lições Sobre o Processo Penal**. Vol. 1. São Paulo: Bookseller, 2004.

FERRAJOLI, Luigi. **Derechos y garantías: la ley del más débil**. Madrid: Trotta, 1999.

FISCHER, Desmond. **O Direito de Comunicar**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

GUERRA, Josenildo Luiz. **O Nascimento do Jornalismo Moderno. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Belo Horizonte, 2003.

HOHLFELDT, Antônio. MARTINO, Luiz C. FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia**. São Paulo: Ática, 1985

LEVENHAGEN, Antônio José de Souza. **Recursos no Processo Civil**. São Paulo, Atlas, 2001.

LOPES JR., Aury. **Introdução crítica ao Processo Penal: fundamentos da instrumentalidade garantista.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, Um produto à venda: Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial.** 2ª edição. São Paulo: Summus editorial, 1988.

MELO, José Marques de. **Comunicação, Opinião e Desenvolvimento.** 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

MENDES, Gabriel Braga. **Mídia e voto: um estudo sobre a influência dos grandes jornais nas eleições de 2006 para a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.** ECO, 2002

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Narratologia: Teoria e Análise da Narrativa Jornalística.** Brasília: Casa das Musas, 2005

NEVES, Francisco de Assis Serrano. **Direito de Imprensa.** São Paulo: Bushatsky, 1977.

GUILHERME DE SOUZA NUCCI, **Código de Processo Penal Comentado**, Ed. RT, 6ª edição, SP, 2007.

PAIVA, Raquel e SODRÉ, Muniz. **O que é mesmo uma notícia?**, UFRGS, 2005, Disponível em <http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2005/munizsodraquelpaiva2005.doc> - Acesso em 21/04/2009.

REIS, Ruth de Cássia dos. **Local e global: o jornalismo no tempo das trocas.** Rio de Janeiro-UFRJ/ECO, 2002

RODRIGUES, A.1997. **Delimitação, natureza e funções do discurso midiático.** In: M. MOUILLAUD, S. PORTO (org). **O jornal: da forma ao sentido.** Brasília: Paralelo, 15, 1997.

SANGUINÉ, Odone. **Clamor público como fundamento da prisão preventiva.** São Paulo: Método, 2001.

SAPERAS, Enric. **Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas.** Porto, 1995.

SCHREIBER, Simone. **A Publicidade Opressiva de Julgamentos Criminais.** Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

SHECARIA, Sérgio Salomão. **A criminalidade e os meios de comunicação de massa.** **Revista Brasileira de Ciências Criminais.** São Paulo: Revista dos tribunais, ano 3, nº 10, abr-jun. 1995.

SILVA, Luiz Martins da. **Imprensa e Poder.** Brasília, UnB, 2002.

SILVERSTONE, Roger. **Por quê estudar as mídias.** São Paulo: Edições Loyola: 2002

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a Cultura: a comunicação e seus produtos**. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2001

SOUZA, Jorge Pedro. **Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia**. Universidade Fernando Pessoa, 2002.

VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. **Processo Penal e Mídia**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo. Vol. I – Porque as notícias são como são**. 2ª edição. Florianópolis. Insular, 2005.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença.1992.

## **REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS**

<http://blogddi.com.br/?p=193> - Acesso em 30/03/2009.

<http://lucajor.vilabol.uol.com.br/impdania.htm> - Acesso em 02/04/2009.

<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=486JDB005> - Acesso em 21/04/2009.

<http://www2.trf2.gov.br/noticias/materia.aspx?id=1211> - Acesso em 21/04/2009.

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/almeida-judson-meios-de-comunicacao-direito-penal.pdf> - Acesso em 21/04/2009

OLIVEIRA, Suzana J. de. Sentença: último pronunciamento de sua excelência, o Juiz. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/x/14/86/1486/>. Acesso em 23/04/2009.

Isabela Bessa. O valor do jornalismo para as decisões judiciais. UFES, 2007 - <http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2001/1237> - Acesso em 20/04/2009.

<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.aspx?id=8040> – Acesso em 21/04/2009.

[http://www.zedirceu.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2577&Itemid=62](http://www.zedirceu.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2577&Itemid=62) – Acesso em 21/04/2009.

<http://www.cartaforense.com.br/Materia.aspx?id=1103> – Acesso em 21/04/2009.



<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1213-1.pdf> - Acesso em 21/04/2009

<http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=1049> – Acesso em 01/06/2009.

Reportagem “Quarto Poder” - Analice Bolsan – Programa Via Legal – TV Justiça- 22/08/2007 - <http://vialegal.cjf.jus.br/> Acesso em 25/04/2009.